

1 ATA DEGRAVADA DA 196ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

2 Ao quinto dia do mês de dezembro de dois mil e quatorze às nove horas, no plenário da Casa de  
3 Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima nonagésima sexta Plenária  
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente Maria Albanita Roberta de Lima – SEDESE, onde  
5 estavam presentes os seguintes conselheiros Titulares: Hermellis Messias Tirado de Campos –  
6 CMAS São Francisco de Paula; Mila Magalhães Ribeiro SEPLAG; Volney Lopes de Araújo Costa  
7 –PSIND; Vinícius Queiroga Mendonza CMAS/BH; Geisiane Lima Soares – Caritas; Rodrigo dos  
8 Santos França ASSPROM; Denise de Cassia Cunha CRED 6ªREG; Maria Geralda Vilela  
9 Cupertino – SEE; Shirley Aparecida M. Silva- CMAS Sarzedo Conselheiros suplentes: Isabela de  
10 Vasconcelos Teixeira - SEDESE; Isabel Fernandes de Azevedo – SES; Renata Vieira ISBJ;  
11 Tereza C. D .Gusmão- SEDESE; Ana Tereza Macedo- SEAPA; Membros da Secretaria Executiva:  
12 Consolação Cifani, Rosalice Tassar, Maria Paula, Nilce Araújo, Vera Lucia Rodrigues, Adelmira  
13 Cerqueira, Max Douglas, Regina caldeira, Rosângela Maria. A presidenta inicia a Plenária.  
14 **ROBERTA** – Bom dia a todos! Eu queria pedir aos conselheiros para tomarem assento para  
15 darmos início a nossa plenária. Eu queria pedir a equipe de apoio, por favor! Vamos iniciar a  
16 nossa 196ª plenária e nós iremos fazer uma inversão de pauta. Naquelas pautas que exigem  
17 quórum qualificado nós vamos deixar e ir tocando, até chegar os demais conselheiros. E para a  
18 gente manter mais o quórum nós vamos dar posse à nossa conselheira nova que é a Ana Tereza,  
19 suplente da SEAPA e, hoje você está na condição de titular, não é isso, Ana Tereza? Seja bem  
20 vinda a este conselho, é a primeira reunião sua e a nossa última reunião do ano. Muito obrigada!  
21 Nós vamos agora justificar as ausências. A Lúcia Helena justificou a ausência do COGEMAS por  
22 motivo de trabalho, a Ana Alves é da FETAEMG, por motivo de trabalho, a Luiza da SEDESE, por  
23 motivo de saúde, fez uma cirurgia. Ronaldo CMAS de Juiz de Fora é em função do não  
24 pagamento da diária porque tivemos um problema este mês. Infelizmente nós não conseguimos,  
25 pelo sistema não ter aberto, operacionalizar a diária dos conselheiros, então, tivemos dois  
26 conselheiros, tanto o Ronaldo, quanto o Júlio que não vieram em função disso. Extremamente  
27 justo. José Henrique em função do trabalho e a Patrícia Valadares das APAEs em função do  
28 trabalho. Inicio a plenária pedindo desculpas a todos os conselheiros da sociedade civil,  
29 principalmente os conselheiros que dependem deste aporte logístico que é o financiamento das  
30 diárias para estarem presentes na plenária. Como foi colocado, inclusive, foi um dos motivos pelos  
31 que adiamos a plenária de novembro. A plenária foi convocada até na ultima semana, como não  
32 conseguimos operacionalizar, a gente cancelou a plenária de novembro, passando para  
33 dezembro, na perspectiva de operacionalizar, mas infelizmente não foi possível. A determinação  
34 dessa presidência é que os processos de solicitação de diária fossem todos instruídos. A  
35 orientação para os conselheiros que não estão presentes e que tiveram suas despesas para essa  
36 plenária- entendendo a importância e tendo a condição de terem vindo, a gente solicita que  
37 enviem os comprovantes, que a gente vai buscar com veemência ressarcimento destes recursos.  
38 Então, para os conselheiros que estão presentes e tiveram gastos vocês mantenham. Viu Regina?  
39 Mantenham todo o procedimento no processo de diária para ver se a gente consegue, se não for  
40 pago este ano. Nós vamos fechar o exercício financeiro e o orçamentário nessa semana, mas eu  
41 acho que o sistema não foi aberto, então, vão prorrogar isso. Pelo decreto seria hoje. Então, se a  
42 gente não conseguir promover esse ressarcimento ainda este ano, a gente deixaria em restos a  
43 pagar também. Então, a responsabilidade da Regina é instruir os processos, já foram todos. Estão  
44 aqui com a Consolação, pedi a ela para trazer e, vocês irão mandar o comprovante para anexar  
45 para não terem mais prejuízo do que já estão tendo. OK! Maria de Pascoa? Está! É, vamos lá!  
46 Apreciação das atas da 193ª e 194ª. Tem alguém que manifesta alguma correção na ata,  
47 ninguém? Aprovado as duas atas. Apreciação da pauta com pedido de inclusão por parte dos  
48 conselheiros. Secretaria anota aí. Eu também estou pedindo inclusão de pauta que não  
49 está aqui. Vinicius e Roberta, não é isso? A gente começaria pelos informes, e a Consolação fica

50 atenta que a hora que der o quórum para gente poder deliberar aqui. Então vamos começar com  
51 os informes da CIB, Volney e Isabela. **ISABELA – SEDESE** – a última reunião da CIB, a SEDESE  
52 apresentou o Plano Estadual de Regionalização e ele foi apresentado para pactuação posterior.  
53 Entendendo que está havendo transição de gestão não seria possível pactuar naquele momento.  
54 Mas como foi resultado de um trabalho realizado em discussão intensa, tanto com a CIB quanto  
55 com outros órgãos, um trabalho de esforço que já vem sendo feito a muito tempo, A SEDESE fez  
56 essa entrega do plano estadual de regionalização. Foram apresentados os principais pontos do  
57 plano e foi feito o convite para o Seminário Estadual de Regionalização que vai acontecer no dia  
58 16 de dezembro em BH, com vagas disponíveis para todos os municípios. E foi acordado também  
59 nessa reunião que no dia do Seminário vai ser realizada a última reunião da CIB e fechamento  
60 para encerrar mesmo os trabalhos desse exercício. E, no seminário, terá uma discussão mais  
61 aprofundada sobre o Plano Estadual de Regionalização, e ele foi publicado na resolução 08 que  
62 dispõe sobre a entrega preliminar, sobre o Plano de Regionalização do Serviço da Proteção Social  
63 Especial. Foi formada também uma câmara técnica para discussão desse plano. A primeira  
64 reunião da Câmara vai acontecer no dia 15 de dezembro. A câmara está formada por cinco  
65 representantes da SEDESE e cinco representantes dos municípios, a representação dos  
66 municípios é por porte para ter uma representatividade do estado. E aí seria a discussão inicial e a  
67 partir dessa câmara técnica seria feita os ajustes, as alterações e a aprovação do plano, conforme  
68 foi a discussão para o ano que vem, conforme foi a apresentação do Estado para a regionalização  
69 do serviço especial. **VOLNEY** - foi colocado também com relação ao Piso Mineiro com relação aos  
70 atrasos e, foi informado pela coordenação que os municípios mineiros tinham um saldo em conta  
71 de 2012 e 2013, totalizando 32 milhões de reais parados em suas contas e este ano já foi feito o  
72 repasse. Onde foi feita a dedução do saldo com relação a 2014? **ROBERTA** – Eu só queria  
73 acrescentar duas questões em à relação a CIB, no seminário. Já veio o convite para o CEAS, os  
74 conselheiros que desejarem fazer a inscrição, e está com o endereço errado, a princípio seria no  
75 BDMG, mas nós tivemos que deslocar para o auditório da UFMG, tamanho é a demanda das  
76 inscrições. Foi comunicado que estamos com mais de 400 inscritos. O que indica demais a  
77 necessidade de discutir o assunto, a questão da regionalização. O convite que está com endereço  
78 certo foi enviado para o e-mail dos senhores e quem está com interesse de ir, por favor, faça as  
79 suas inscrições ou até mesmo, comunique com a Consolação, que a gente reserva as inscrições  
80 para os conselheiros à parte. Mas é preciso que vocês se manifestem em tempo hábil para  
81 organizar a situação de vocês, ok? E a outra questão é que nós mandamos a resolução, não sei  
82 Isabela se veio ofício para cá com a resolução do Piso? Veio né? **ISABELA** – veio o ofício.  
83 Inclusive, foi pauta da comissão de normas ontem, ofício encaminhado, resolução 58, junto com a  
84 relação dos municípios que tinham saldo em conta, que tinham pendências no preenchimento do  
85 SUAS e os municípios que receberam o Piso Mineiro. **ROBERTA** – ok! Então todo esse material  
86 de informe em relação ao pagamento do Piso está na comissão de orçamento. Lembrando que  
87 isso tem haver com o pagamento do Piso até setembro ou agosto? De agosto para cá, de fato  
88 continuamos atrasados. Setembro, outubro, novembro e dezembro, continuam atrasados. OK! É  
89 grupo gestor do programa Bolsa Família. **RODRIGO** – Bom dia a todos, na semana passada,  
90 ocorreu na sede administrativa do grupo gestor do Programa Bolsa Família com representante do  
91 Ministério da Educação – MEC e a consultora professora Lucemir. E o governo através do MEC  
92 está se mexendo com relação à condicionalidade que, no caso, o Bolsa Família e a frequência  
93 escolar. A finalidade do aprimoramento da gestão e essas ferramentas que previstas em lei, que  
94 em alguns lugares funcionam e em outros não. E o objetivo é mapear e avaliar as capacidades  
95 dos Estados na gestão compartilhada. Minas Gerais foi o último Estado a receber a consultora,  
96 então, veio buscar informação sobre gestão institucional, formação profissional, rede de processos  
97 e fluxos. Tudo leva a crer e ver que o governo vem preparando no sistema único que vai até,  
98 então, regularizar a frequência do país. Foi isso discutido, o governo está se mexendo na  
99 educação e o governo está procurando melhorar o controle do país do Programa Bolsa Família na

100 educação. **ROBERTA** – Bom! Nós teríamos aí, conforme a pauta, dois pontos que necessitariam  
101 de quórum, nós vamos pular e continuar dando sequência na nossa pauta. CAPACITA SUAS,  
102 gostaria de chamar aqui a comissão de normas. **VINICIUS** – Roberta! A minha inclusão de pauta é  
103 um informe também, retorno mesmo da reunião que eu fui, uma reunião descentralizada no  
104 Conselho Nacional que aconteceu nos dias 17 e 18 em Salvador. E foi o tema: Representação e  
105 Representatividade nos conselhos de Assistência Social. Fui lá para falar um pouco das políticas  
106 de BH e como está sendo a mobilização dos usuários nesse processo de representação, e  
107 tivemos vários debates que foram importantes, mas tem um que eu queria dar destaque, a  
108 instituição do Fórum Nacional de Usuários da Assistência Social. Então, foi instituído o fórum  
109 nacional de usuários e esse momento é importante e trás para nós para este conselho uma tarefa  
110 de estar, também, incentivando e fomentando a criação do Fórum Estadual dos Usuários. Assim,  
111 como também fomentar a criação dos Fóruns Municipais de Usuários nos municípios? Assim, foi  
112 um momento muito importante. E os usuários, representantes do Conselho Nacional, se  
113 queixaram da pouca representação de usuários na reunião descentralizada dos conselhos. São  
114 muitos poucos conselheiros usuários que compareceram e, fica uma questão para nós, quando  
115 houver essas reuniões que possamos fomentar tanto os municípios quanto os conselhos  
116 municipais, para que mandem a essas reuniões descentralizadas do Conselho Nacional os  
117 conselheiros usuários. E que nós também possamos escolher usuários para as reuniões  
118 descentralizadas do Conselho Nacional. **ROBERTA** – Eu acho, Vinicius, que você traz uma  
119 discussão para o Conselho muito mais ampla do que você quer dizer. Tem que tirar representação  
120 de usuário para reuniões do CNAS. Por exemplo, ano que vem é ano de conferência. E um dos  
121 maiores problemas que temos hoje, a participação de usuários, seja por representação, seja o  
122 próprio usuário. Isso é tão polemico que expressa muito na conferência, na hora da tiragem de  
123 delegados que vão a Brasília. Ano passado foi extremamente vexatório, em determinados grupos,  
124 situações ridículas. Nós tínhamos presenças de usuários lá dentro. Determinados grupos,  
125 inclusive um que participei já tinha votado em duas pessoas que se diziam usuários e para  
126 representantes da conferência. Tinha duas pessoas, inclusive uma senhora cadeirante que  
127 nitidamente era usuária do Bolsa Família. Pela primeira vez, conseguimos levar alguém que era  
128 usuário da política. Primeiro para a Conferência Estadual e ela foi deixada de fora e, quando  
129 percebi a coisa, eu comprei a briga, inclusive, com conselheiro aqui, que era a Fátima, à época,  
130 conselheira. Comprei a briga com a Fátima, \_ “está errada essa votação e vai fazer de novo”.  
131 Então, de fato, acho que a gente precisa, sim, discutir, primeiro quem são os representantes de  
132 usuários e quem são os usuários. Não sei o que foi de fato em Salvador, mas gostaria muito de  
133 saber quem são os representantes dos usuários que estão nessa hora se defendendo. Não sei o  
134 que foi discutido em Salvador, mas nessa hora estou colocando o que a gente vem vivendo.  
135 Salvador? Não sei o que aconteceu lá. Mas a experiência que estamos vivendo no SUAS,  
136 principalmente, dependendo do lugar onde vai acontecer e eu imagino que... Salvador! Olha, vou  
137 ser muito sincera com você, tenho muita dúvida se a gente vai conseguir levar algum usuário para  
138 essa discussão. Entendeu? Assim, a não ser que Salvador... porque é uma briga que temos que  
139 discutir e colocar em pauta para que os próprios conselheiros deleguem para o usuário participar.  
140 Porque muitas vezes é o próprio conselheiro que não dá espaço. Dependendo de onde tem o  
141 evento, de onde o usuário vai, não tem chance mesmo sequer de concorrer. Isso vimos  
142 claramente na nossa Conferência Estadual. Então, de fato, você traz uma discussão muito  
143 importante para esse conselho, para que a gente fomente, mas fomente, de fato, a legítima  
144 inclusão do usuário; não só os oportunistas que estão ali no momento e entram nessas categorias  
145 para sair apresentando, principalmente quando é um evento fora de BH. Mas isso é uma questão  
146 que esse conselho terá que olhar muito na conferência. Precisamos de usuários dentro das  
147 Conferências de Assistência Social porque está passando da hora, para de fato legitimar a  
148 política, para o usuário ter a compreensão verdadeira do que é, e que estamos apontando para o  
149 próprio usuário defender e não ser manipulado. Nós não conseguimos fazer na política de

150 assistência porque o usuário é manipulado o tempo inteiro no processo que lhe interessa, para  
151 quem interessa, porque ele não tem clareza dessa política direito, não! Então, ele é manipulado  
152 para lá e para cá. Então, você traz uma discussão para a gente aqui muito importante e chamo  
153 atenção para esse colegiado: ano que vem é ano de conferência e já temos problema com  
154 representação da sociedade civil que vem para conferência estadual; quiçá de usuário para saber  
155 se usuária está sentada na mesa e saber porquê, conversando e compreendendo, porque  
156 estamos lutando por ele. Estamos muito distante disso. Entendeu? Acho que é muito rico o que  
157 você traz. **VOLNEY** – Deixa - me entrar na fala da Roberta. Eu fiz oito Conferências Regionais e  
158 uma dessas conferências regionais eu barrei um procurador regional de município na cadeira de  
159 usuário. Um procurador de município na categoria de usuário! Teve a cara de pau de candidatar-  
160 se a uma vaga para conferência Estadual. **ROBERTA** – Esse que eu barrei na Conferência  
161 Estadual eu perguntei: “você é usuário de quê? Ele falou: do CRAS. E qual é o serviço que você  
162 acessa? Ele falou, a gente faz aula de dança. Perguntei: é Ballet?” Não tenho nada contra. Então,  
163 assim, é descarado isso que a gente está colocando. Então, para fazer de fato essa defesa, a  
164 gente precisa desmascarar o que vem acontecendo. E não tenha dúvida, ano de conferência, isso  
165 acontece. Você trouxe uma temática que é muito importante e eu chamo atenção para a comissão  
166 de política. Quer dizer, ano que vem na hora de normatizar representantes para conferência  
167 estadual, a gente expurgar os oportunistas, porque eu sinto que a gente está muito distante do  
168 usuário, sabe, Vinícius, o usuário. Ainda se fechar o CRAS e abrir CRAS, ele ainda não está tendo  
169 direito não. **VINICIUS** – Roberta! Isso que você está colocando ficou escancarado no conselho  
170 nacional, porque quando o conselheiro representante do usuário perguntou quantos usuários  
171 existem naquela reunião, levantaram-se 5 pessoas. Numa reunião com mais de 200 pessoas!  
172 Então isso que você está falando ficou escancarado lá. Então, é em função disso é que vem essa  
173 manifestação ao conselho nacional, aos conselhos municipais que os conselhos estaduais  
174 repensem essa questão, porque como você falou, com certeza, a conferência é a instancia mais  
175 importante. Porém, participar dessas reuniões tanto nos seus conselhos, quanto no conselho  
176 nacional faz parte de uma formação e de uma experiência muito importante. E que os usuários  
177 precisam estar presentes para poderem se apropriar cada vez mais do espaço. E com isso  
178 fortalecer cada vez mais seu espaço na conferência. Então, eu estou concordando com você, ok!  
179 **ROBERTA** – É, mês passado nós aprovamos “ad referendum” numa resolução que é do  
180 CAPACITA SUAS, que é para o ano que vem, tendo em vista que nós tínhamos um prazo até 31  
181 de novembro. Em função do cancelamento da plenária, nós entendemos, a presidência, que nós  
182 não poderíamos perder esse processo da aprovação do CAPACITA SUAS. Tendo em vista que  
183 para o ano que vem tem que desencadear todo um processo de contratação das instituições  
184 capacitadoras, mais dessa aprovação do conselho, daí a necessidade da aprovação Ad  
185 Referendum. Nós vamos ler a resolução, por favor, gostaria que a Consolação lesse, por favor. E  
186 a gente coloca em discussão para os conselheiros a necessidade de aprovar ou alterar se for o  
187 caso, por interesse desse colegiado. **CONSOLAÇÃO** – Resolução 499/2014, que dispõe sobre  
188 aprovação do termo de aceite da SEDESE para realizar a adesão do cofinanciamento federal do  
189 programa CAPACITA SUAS do Governo Federal no exercício 2014. A presidente do Conselho  
190 Estadual de Assistência Social – CEAS, no uso das suas atribuições proposta na lei, resolve Ad  
191 Referendum aprovar a adesão do órgão gestor do Estado para Secretaria de Desenvolvimento  
192 Social – SEDESE, ao programa CAPACITA-SUAS referente ao exercício 2014, do Ministério do  
193 Desenvolvimento e Combate a Fome MDS – Essa resolução entre em vigor em **14 de novembro**.  
194 **ROBERTA** – Se quiser, pode colocar a tela, tem um pequeno parecer na tela também. Eu só  
195 quero dar alguns dados aos conselheiros para compreenderem, só porque tem a ver com o  
196 CAPACITA-SUAS, só para os conselheiros entenderem. Embora esteja, me dá só um minuto por  
197 favor, esteja vindo na prestação de conta, esse ano nós fizemos curso I e curso II, nós  
198 alcançamos 2000. **ISABELA** – Nós tivemos como participantes 2.244 pessoas, e como  
199 concluintes que são pessoas que tiveram direito ao certificado 2.165. **ROBERTA** – 2.000 e

200 quanto? **ISABELA** – 2.165 com direito a certificado e que participaram 2.234. **ROBERTA** – E aí  
201 tem que ver esse número porque eu imagino que é entre matriculado e frequentado. **ISABELA** –  
202 Não! Nós tivemos os inscritos que não está aqui. Dos inscritos foi um número maior dos que  
203 chegaram a participar. **ROBERTA**- Porque não receberam? Saíram do curso? **ISABELA** – Porque  
204 desistiram. Teve gente que chegou, ficou dois dias, precisou retornar ao município, passou mal.  
205 **ROBERTA** Eu preciso que seja levantado o percentual, vou dizer o porquê, porque é importante o  
206 conselho saber disso, os conselhos municipais dos quais esses conselheiros estão vindo. Porque  
207 uma coisa é ele está vindo ao curso, passar mal e ter que ir embora, é uma estatística diferente.  
208 Agora, se eu tiver uma estatística de 20, 30 pessoas que vem no curso, isso é dinheiro público,  
209 vem aqui e sem motivo nenhum fica um dia e depois volta, isso precisa ser comunicado ao órgão  
210 de controle municipal e obviamente a esse conselho, porque isso é dinheiro público. Agora, se a  
211 pessoa veio e passou mal, é obvio dá o direito. E eu acho que isso é matéria de discussão do  
212 Conselho, da qual essas pessoas participaram porque isso que é controle do recurso público. Não  
213 dá o direito das pessoas saírem de lá e vir para cá e dar o motivo para as pessoas ficarem um,  
214 dois dias, e depois desistir. Até porque o processo do CAPACITA SUAS é um processo de  
215 formação do SUAS e foi deliberado e é uma forma que incorpora o sistema na formação dos  
216 trabalhadores. Então, eu quero que levante, por favor, qual é esse número, excluindo aqueles que  
217 por motivo justo se ausentaram, aos demais vieram e que sem nenhum motivo voltaram. Eu  
218 entendo que nós precisamos notificá-lo dessa questão, inclusive notificar o gestor. É descabível o  
219 cara vir aqui e voltar e não acompanhar, até porque são várias as reclamações e as demandas  
220 que chegam na SEDESE para capacitação. Então, na hora que você estrutura toda uma política  
221 de capacitação financiada, pago e aí a pessoa vem e volta sem motivo, sem alegação nenhuma.  
222 Isso é uma demanda que estou apresentando. A outra questão é para informar aos senhores que  
223 desse curso I e II, nós tivemos uma meta de dois mil e cem (2.100) e poucas pessoas  
224 capacitadas. Entendendo, capacitadas, obviamente, com direito a certificação, mas que passaram  
225 por um curso de uma semana. Porque o curso CAPACITA SUAS é uma semana intensiva de  
226 informação, por isso estou dando muita importância a notificar essas pessoas que aqui tiveram e  
227 precisaram voltar, sem motivo. Mas as que tiveram motivo não precisam se preocupar. E para  
228 esse Ad Referendum, e uma proposta de aceite de capacitação de financiamento e qual é a meta  
229 Isabela? por favor. **ISABELA** – A meta é de duas mil e duzentos e cinquenta (2.250) pessoas.  
230 **ROBERTA** – Para o ano que vem nós temos financiados, olha a seriedade desse conselho, e a  
231 seriedade da comissão de conselhos para acompanhar isso nos municípios. Nós temos  
232 financiado, estamos deixando aqui e isso já está na conta da SEDESE, estamos fazendo o  
233 processo de licitação para contratação da instituição capacitadora porque é uma universidade. E  
234 vamos deixar esse processo pronto para a capacitação do ano que vem para o CAPACITA SUAS.  
235 É preciso que este conselho acompanhe porque o recurso já está lá e tem todo um planejamento,  
236 e estamos pedindo gente, porque quem decide pela temática da situação é o gestor. Nós  
237 estamos demandando para o ano que vem, os cursos do CAPACITA SUAS, que seja trabalhado a  
238 questão financeira, que é o maior gargalo que nós estamos tendo no SUAS, foi o que o Volney  
239 colocou. Ao fazer o monitoramento das contas do Piso, nós encontramos trinta e dois (32) milhões  
240 em conta parada. Não justifica do ponto de vista da lógica entre a oferta e a demanda. Justifica,  
241 sim! A gente sabe de todas as dificuldades que temos para gastar o dinheiro. E a lógica é para  
242 município pequeno e município grande porque estamos com município pequeno e tem todo  
243 problema de contador, falta de pessoas e em município grande também. O Saldo das contas não  
244 é só em município grande que estava com trezentos (300) e quatrocentos (400) mil, quase que o  
245 valor acima das nove (9) parcelas que tínhamos que repassar. Então, necessita, de fato, de  
246 capacitação na gestão financeira para os municípios. E um dos temas que vamos trabalhar no  
247 CAPACITA SUAS nos municípios ano que vem, é isso? É a gestão financeira? Por isso a  
248 importância do Conselho Estadual acompanhar a participação dos municípios, e obviamente os  
249 conselhos municipais devem acompanhar porque essa capacitação é para gestor. Ainda não

250 ampliamos o CAPACITA SUAS para conselheiro, mas é importante o acompanhamento do  
251 conselho nesse aspecto. Ok! **ISABELA** – Só para fazer um esclarecimento, que o dinheiro que  
252 temos em conta é referente ao termo de aceite do exercício de 2013. Esse termo de aceite de  
253 exercício de 2014, o dinheiro só vai cair depois que finalizar. **ROBERTA** – Mas já tem o dinheiro  
254 lá? **ISABELA** – Pois é, a gente já tem o dinheiro de 2013 para o curso que a gente vai executar  
255 em 2015. Porque está dando esse débito. Esse termo de aceite é do exercício de 2014, pode ser  
256 que seja depositado em dezembro, ou então, no ano que vem. **ROBERTA** – Eu acredito, pela  
257 minha experiência em Brasília, que esse encontro vai acabar a qualquer hora, porque se os  
258 Estados estão com essa perspectiva de dinheiro de 2013 para 2015, não tem quem aguenta  
259 acompanhar isso! Tenho quase certeza que vai chegar em 2015, eles vão dizer, “o recurso que  
260 está lá, você trabalha para poder acertar”. Porque ninguém dá conta de acompanhar uma coisa  
261 que foi liberada em 2013 para ser acertada em 2015, entendeu? Você vê que até eu confundo.  
262 Fico imaginando a nível de Brasil. Mas de certa forma, o dinheiro que está lá é para essa temática  
263 e esse Ad Referendum é para 2015, para ser executado em 2016, tem cabimento gente! Fica  
264 difícil, mas enfim. **ISABELA** – E, se entrar em execução entrou em vários Estados pela dificuldade  
265 de contratação em montar os processos, mas isso aconteceu em todos os Estados. **ROBERTA** –  
266 É porque o primeiro ano, em 2012, e nós executamos, para você ver que loucura, nós  
267 trabalhamos em 2014 com recursos de 2012, não é isso? Porque eles liberaram em 2012. Em  
268 2012 não conseguiram fazer nada. Uma série de dificuldade de contratações que são  
269 referendadas pelo Governo Federal. Você só pode contratar instituições que estão na banca de  
270 consultores deles, da rede. Tem que fazer um cadastro primeiro e, na hora que você solta a  
271 licitação, se não estiver na banca de cadastro do governo não pode. E, muitos Estados não  
272 conseguiram fazer nem de 2012, porque às vezes costuma dar deserto, a primeira chamada  
273 nossa deu deserta e vamos tentar novamente. Então, acredito que 2012 e 2013, tenha sido isso,  
274 várias tentativas. **ISABELA** – E o recurso demorou a cair na conta. O de 2012 caiu no final do  
275 exercício e, o atraso é de dois (2) anos é pela dificuldade de contratação. **ROBERTA** – OK!  
276 Gente, mais alguma pergunta? Então, vamos para a resolução. Necessita colocar alguma coisa  
277 ou vocês estão aptos a aprovação. A deliberação. Então, vou passar, por favor, para aprovação.  
278 Já tem? Isso é matéria de quórum qualificado também, não? **SHIRLEY** – Referente ao exercício  
279 de 2014? É isso mesmo? **ROBERTA** – O recurso. Essa resolução está aprovando o aceite cujo o  
280 recurso vai cair em 2015, é isso que ela quis dizer. Referente, por exemplo, você está fazendo o  
281 aceite e você faz toda a programação para o recurso cair para o ano de 2015. Esse recurso, ele  
282 ainda não está! O que está na conta é referente a 2014, não, é o de 2013. Entendeu Shirley? É  
283 confuso mesmo. Vai chegar uma hora que eles vão fazer esse encontro e ninguém vai conseguir  
284 acompanhar uma coisa que seja. É, aprovado a resolução? Então, aprovado. Nós já temos  
285 quórum qualificado para as matérias que necessitam. Nós vamos chamar a comissão de  
286 orçamento, que tem dois pontos de pauta que é o orçamento e o outro é o demonstrativo físico  
287 financeiro que está na ponta de orçamento, ok? **ISABELA** – Bom, a reunião da comissão de  
288 orçamento foi ontem, estavam presentes... a pauta da comissão vai ser depois, posso ir direto?  
289 Faça a pauta toda? Estiveram presentes, eu, a conselheira Mila, e o conselheiro Vinicius.  
290 Conselheiros tiveram a ausência justificada. Bom! O primeiro tema que a gente tratou foi a  
291 prestação de contas do primeiro trimestre, foi apresentada por mim, como representante da  
292 SEDESE e passando pelo resumo da prestação de contas. Na ação 1 para qualificação de  
293 recursos humanos do SUAS, tinha um valor previsto de orçamento de R\$1.390.387,00 e juntando  
294 fonte 10 e 56 e aí um destaque, houve suplementação no valor de R\$1.300.000,00 que foi para a  
295 realização do CAPACITA SUAS. A meta física de 2000 participantes qualificados. Em relação à  
296 execução é acumulado no período, totalizou, desculpa, para execução no período, consolidado  
297 mesmo. Execução física de participantes certificados 6003 pessoas, totalizando 61% da meta de  
298 pessoas qualificadas. No período teve uma execução orçamentaria de R\$1.259.735,67, e na  
299 execução financeira de R\$620.207,02, totalizando um acumulado de janeiro até setembro de

300 R\$2.128.883,41 que corresponde a 64,6% previsto no orçamento do exercício. **ROBERTA** – Essa  
301 meta é do CAPACITA? Ou do presencial? **ISABELA** – Essa meta é prevista no PPAG. Esse de  
302 seis mil! CAPACITA SUAS, Tele presencial, capacitações regionalizadas, e todas as ações que a  
303 gente realiza. Então, detalhamento de todas as ações da prestação de contas. Foram  
304 apresentadas o resumo e todas as ações realizadas no período. **ROBERTA** – Eu estou só  
305 clareando isso, porque acabei de falar um meta de 2000 e pouco no CAPACITA SUAS, só para os  
306 conselheiros entenderem. **ISABELA** – Ação nº 2 de operacionalização do CEAS do conselho,  
307 valor previsto na LOA, de R\$382.390,00, fonte 10, 29 e 56. Uma observação, que houve uma  
308 anulação em Julho no valor de R\$50.000,00, essa anulação foi remanejada, na verdade, para o  
309 orçamento da ação de qualificação para a capacitação do CAPACITA SUAS. Foi feito uma análise  
310 da média de gasto do conselho, e foi observado que esse valor sobraria no final do exercício. E  
311 assim foi feito uma suplementação e a gente faz essa análise das contas, para não ficar  
312 orçamento sobrando em um e suplementando em outro. Então, foi feito o remanejamento, na  
313 verdade, para esse item de qualificação. Nossa meta física, execução orçamentária de  
314 R\$22.041,19, execução financeira de R\$16.337,49 e o acumulado de janeiro a setembro de  
315 R\$47.813,82, correspondendo a 15% da execução. Em relação a ação nº3, cofinanciamento para  
316 serviços nos municípios para execução da proteção social básica temos um valor previsto na LOA  
317 de R\$2.100.000,00 na fonte 71, recursos próprios do Estado. A execução física foi de 100%, 97  
318 entidades de serviços de convivência é cofinanciadas, a execução orçamentaria no período foi de  
319 \$1.308.391,00, a execução financeira no período foi no mesmo valor, dando um acumulado de  
320 janeiro a setembro de R\$2.043.700,00, correspondendo a 75% da execução conforme o  
321 planejado mesmo. Em relação a ação nº 4, do cofinanciamento dos municípios da proteção social  
322 especial, um valor previsto de R\$14.883.358,00, destacando que também houve uma  
323 suplementação na fonte 56, no valor de R\$282.000,00 essa suplementação foi feita para  
324 complementar os recursos da proteção inclusiva. Quando o orçamento foi construído em 2013  
325 para 2014, alguns municípios ainda não haviam demonstrado a implantação e aí eles  
326 demonstraram e o recurso tinha que ser repassado e foi feito o repasse para executar isso. Em  
327 relação a execução meta física, foram cofinanciados 142 unidades conforme nossa meta mesmo,  
328 a execução orçamentária no período de R\$5.666.538,34, execução financeira no mesmo valor  
329 totalizando um acumulado de janeiro a setembro R\$9.549.310,49, correspondente a 63% do  
330 planejamento, também dentro do planejado. Na ação nº 5 cofinanciamento do Piso Mineiro de  
331 assistência social, o valor previsto na LOA é de R\$53.160.503,61 e a meta física de 853  
332 municípios apoiados, cofinanciados, atendidos, mas é cofinanciados. A execução física no  
333 período foi de 374 municípios cofinanciados. E aí conversarmos que esses municípios foram  
334 cofinanciados com a implantação da resolução nº 58. Essa resolução ela foi decorrente do  
335 monitoramento que foi feito pelo Fundo Estadual de Assistência Social e pela diretoria de  
336 monitoramento em relação ao preenchimento do sistema SUAS e aos saldos identificados nas  
337 contas. Em relação ao saldo que os municípios informam no Censo-SUAS e foi identificado um  
338 valor alto nas contas e um grande número de municípios com problemas no preenchimento. E aí,  
339 a resolução determinou uma regra: o município para receber recurso, foi observado se ele tem  
340 pendência no SUAS ou saldo em conta. E quem tinha pendências não recebeu recursos. E quem  
341 tinha saldo em conta, foi feito o abatimento das parcelas de janeiro a agosto em relação ao saldo.  
342 Então, por exemplo, se a pessoa tinha que receber 100 mil reais e ela tinha 20 mil de saldo em  
343 conta, ela recebeu referente ao valor de 80 mil reais. E o que vou tratar mais adiante que foi pauta  
344 da reunião, foi apresentando pela SEDESE, a lista dos municípios de pendências, a relação de  
345 saldos para análise do conselho. E, então, pela aplicação da resolução resultou no  
346 cofinanciamento, e a resolução no período foi de R\$3.421.693,95, e a execução financeira  
347 R\$3.482.485,07, totalizando um acumulado no valor de R\$7.906.434,67. E também uma  
348 observação, que na prestação de contas anterior tínhamos apresentado um valor liquidado de  
349 quatro milhões e meio (4,5 milhões). E foi explicado na plenária que não tinha sido pago conforme

350 tinha sido apresentado na reunião, na prestação de contas, também foi feita anulação do  
351 pagamento e foi feito pagamento dos 384 municípios. Então esse valor total de sete milhões foi  
352 usado para cofinanciamento desses municípios que estão inscritos. Passando para a ação nº 6,  
353 gestão de monitoramento e avaliação do SUAS é um orçamento total previsto na LOA de  
354 R\$937.800,00, também houve uma suplementação na fonte 56, no valor de R\$560.000,00. Essa  
355 suplementação foi feita pela necessidade de custear as demais capacitações que a SEDESE  
356 realiza com o telepresencial, ações regionalizadas, não ação da gestão, tendo em vista que a  
357 ação de qualificação foi usada toda para o pagamento do CAPACITA-SUAS. Então, passando  
358 para a meta física que são os municípios capacitados em básica plena. Os 838 municípios foram  
359 feitos para acompanhamento no apoio de todos esses municípios. Em relação à execução  
360 orçamentária foi feito no período no valor de R\$258.789,39. Execução financeira R\$256.196,26,  
361 totalizando um acumulado de janeiro a setembro de R\$887.997,24, correspondente a 60%  
362 também dentro do planejado. Uma observação é que dentro dessa ação foram apresentadas  
363 ações realizadas pela diretoria de gestão do SUAS, pela Diretoria de Monitoramento e Vigilância e  
364 pela Diretoria de Cadastro de Entidades. E informando que a Diretoria de Gestão de Cadastro faz  
365 acompanhamento do sistema, que é o SIRES, no sistema de gestão em Conta Com a Gente. E  
366 também a Vanessa, diretora, está dando apoio aos municípios no preenchimento. Ação nº 7, na  
367 verdade, aqui não entra em ações orçamentárias, mas os recursos recebidos do governo federal,  
368 então correspondente ao IGD, do programa Bolsa Família. Inicialmente, o IGD do programa Bolsa  
369 Família, temos um valor creditado no trimestre de R\$257.699,72, tinha um saldo anterior de  
370 R\$2.283.252,32. Só uma observação, tem um 3 a mais, que foi... O rendimento do período  
371 R\$42.139.000,00, despesa realizada de R\$206.405,94. Totalizando um saldo R\$2.400.000,00,  
372 aproximadamente. A despesa realizada de 206 mil é correspondente aos cursos telepresencial, e  
373 em relação ao saldo, foi pauta de um dos ofícios que eu vou falar mais à frente. Foram  
374 apresentadas as taxas, o IGD, as ações realizadas pela coordenação estadual do Programa Bolsa  
375 Família. Em relação ao IGD SUAS, foi creditado no trimestre de R\$80.769,68 um saldo anterior de  
376 R\$281.407,73, rendimentos, depósitos. Despesa realizada de R\$53.499,81, totalizando um saldo  
377 de R\$323.096,72. As despesas, ainda no valor de 53 mil, foram referentes a estágio, despesa  
378 com viagem, manutenção de impressora, custeio em geral, tanto da SUBAS, quanto do conselho.  
379 E os depósitos foram do período referente à prestação de contas de viagem. Também foram  
380 apresentados os dados do IGD SUAS, IDCRAS, as execuções financeiras, as ações executadas  
381 nesse sentido, no Estado. Em relação ao CAPACITA SUAS, não houve valor creditado no  
382 trimestre, havia um saldo de R\$2.976.345,13, rendimento de R\$49.430.600,16, uma despesa  
383 realizada de R\$ 830.411,13, que é referente as opções do CAPACITA-SUAS. Um saldo de  
384 R\$12.195.364,66, que é esse recurso que a gente já conversou mais cedo, que cai em 2014. O  
385 indicativo da comissão foi pela aprovação da prestação de contas. **ROBERTA** – Em discussão.  
386 **DENISE** – Entra aí na ação 7, é porque o saldo, estamos falando do último trimestre, não é isso?  
387 **ROBERTA** - O saldo é final de março de 2014. Foi 3º trimestre. O saldo é referente a março.  
388 **ISABELA** – não, não é não! É referente... foi escrito errado na planilha. **ROBERTA** – Então, tem  
389 que corrigir. **ISABELA** – você marca para mim. Isso! 30 de setembro. Está certo, obrigada  
390 Denise, foi erro de cópia, cola. Está correto, porque, inclusive, na prestação de contas, tem todos  
391 os meses e dá para conferir certinho, se você quiser olhar aqui que esse é o valor total de 30 de  
392 setembro. **ROBERTA** – Em discussão. Mais alguma dúvida? **ISABELA** – o indicativo da comissão  
393 foi pela aprovação. **ROBERTA** – O último aí. Os conselheiros que se manifestarem contrário.  
394 Aprovado a prestação de contas do 3º trimestre. E lembrando aos conselheiros que tem mais uma  
395 prestação de contas que obviamente deverá ser discutida no primeiro trimestre, fevereiro. A  
396 proposta nossa é deixar toda organizada para que em fevereiro seja apresentada ao conselho.  
397 **ISABELA** – só destacando o que a Roberta falou, a gente já está adiantando todos os relatórios  
398 para deixar o máximo que deve ser feito, pensando na transição, mas de qualquer forma, também,  
399 a equipe que elabora já está orientada e não terá nenhum prejuízo nesse sentido. **ROBERTA** - A

400 minha sugestão é que o conselho manifeste, Júnia, lembrando da última plenária que  
401 comentamos sobre isso. Parece-me que em janeiro seria o Volney como presidente, até que o  
402 novo subsecretário assuma e faça a discussão para uma recomposição até março, porque parece  
403 que março é eleito a mesa diretora. Março ou fevereiro? Engraçado, esse ano mudou em março.  
404 Enfim, fiquem atento se é fevereiro ou março, mas é importante que o Volney fique atento que em  
405 janeiro obviamente a equipe está chegando. Possivelmente, quer dizer, pode até acontecer, pode  
406 até ser de já chegarem e ter definido isso e, em fevereiro já virem para composição com o novo  
407 presidente e fazem os ajustes. Mas de toda forma, enquanto não houver a resposta oficial, passa  
408 a ser o Volney presidente do conselho. E nesse aspecto, é importante Volney que você sente com  
409 a Consolação e liste uma série de questões que são dessa gestão, e que provavelmente tem que  
410 serem apresentadas e uma delas é a prestação de contas do último trimestre que fecha.  
411 Entendeu? É toda a gestão de 2014, do ponto de vista de prestação de contas, todas essas  
412 questões. E vocês pontuem questões que precisam ser, porque já fez esse pedido para a  
413 secretária executiva, que levante todos os pontos de atenção que devam ter com o conselho. Ela  
414 vai despachar isso e, obviamente, eu vou despachar isso com a equipe de transição e,  
415 obviamente, a gente podia acertar que no momento que a Consolação fosse despachar esses  
416 pontos do conselho comigo, o Volney estivesse presente para ele poder ficar atento e está  
417 acompanhando depois, entendendo que a partir de janeiro. **ISABELA** – Foi discutido o ofício da  
418 SEDESE 551/14, e em resposta dos ofícios do CEAS nº 179 e 218, que tratou sobre repasse do  
419 recurso do cofinanciamento do piso mineiro. Em relação aos saldos identificados nas contas dos  
420 fundos municipais referente ao piso mineiro em 2014 foram apresentados, e esse ofício continha  
421 informação da resolução 58, que dispõe sobre o monitoramento, quais eram as regras para  
422 suspensão e repasse do recurso. Também essa resolução, ela trás que o Estado irá fazer ações  
423 de apoio aos municípios para ajudar no aprimoramento da gestão orçamentaria e financeira.  
424 Foram apresentadas a relação dos municípios que tem pendência no SIM SUAS, a relação dos  
425 municípios que foram identificados saldos nas contas e relação dos municípios que receberam o  
426 piso mineiro e qual foi o valor desse pagamento. Foi discutido. Vinicius fez análise dos  
427 documentos, se você quiser complementar fique à vontade. Foi explicado isso, e que em todos os  
428 municípios eles foram comunicados pela SEDESE, informando qual foi o pagamento realizado e  
429 porque. Então, tinha a informação, se ele tinha pendência no SIM SUAS, qual foi o saldo  
430 identificado nas contas e qual foi o pagamento que ele recebeu, constando direitinho a ordem de  
431 pagamento, data, tudo certinho! E para os municípios que houve a aplicação da suspensão,  
432 também foi feito da mesma forma, a pendência do SIM SUAS, o valor do saldo e porque ele não  
433 tinha recebido o cofinanciamento do SIM SUAS. E uma outra informação é que quem tinha o  
434 saldo em conta, maior do que o valor das oito (8) parcelas, mesmo com preenchimento OK, ele  
435 não recebeu porque foi feito essa conta mais cedo. **ROBERTA** – Isabela, deixe-me só clarear.  
436 Veja bem porque precisa separar as matérias para poder acompanhar. Nós estamos discutindo  
437 demonstrativo físico-financeiro, SUAS Web, que se trata de recurso federal. Esse demonstrativo  
438 precisava ser discutido e aprovado e inclusive ser colocado no sistema do governo federal em  
439 relação às discussões do recurso do governo federal. Estou colocando isso aqui porque eu acho  
440 que o conselheiro tem direito de pedir tudo a qualquer hora que quiser. Eu só acho que precisa  
441 separar para não se confundir do que se está falando. Quer dizer, no ofício que me foi mandado  
442 foi discutido o instrumental que é o demonstrativo. Então, você tem uma lógica de raciocínio que é  
443 o que cai de recurso do governo federal e o que foi gasto, isso precisa ser separado. Então, você  
444 vai discutir recurso do governo do Estado. O que, que o governo do Estado aporta? O que foi  
445 apresentado aqui, dentro da prestação de contas geral? Que você tem um orçamento, execução  
446 financeira para você acompanhar. Não foi pedido por esse conselho extrato para todas as contas.  
447 Eu sei! É só para complementar. Porque estamos tratando de demonstrativo físico-financeiro com  
448 resposta de piso, que são coisas distintas, pelo menos eu estou entendendo, porque o ofício que  
449 me foi... **ISABELA** – Então eu não fui clara. **ROBERTA** – Então, por favor. **ISABELA** – Só para

450 esclarecer. Até na verdade esses dois ofícios que estão aqui que a SEDESE está respondendo,  
451 são referentes ao cofinanciamento do piso mineiro mesmo. O ofício que pede informação do  
452 demonstrativo é o próximo tema. **ROBERTA** – Eu sei. **ISABELA** – Então está! Pode continuar  
453 então. Então, pela discussão na comissão foram acatadas as justificativas apresentadas pela  
454 SEDESE e trouxemos a título de justificativa mesmo para a plenária. Alguma questão? Em relação  
455 ao tema 3 ai é o ofício enviado pelo CEAS 226, que pedia esclarecimentos sobre os dados  
456 apresentados no demonstrativo do SUAS WEB de 2013, que tinha ficado pendente a aprovação.  
457 Esse ofício pedia esclarecimento da utilização dos recursos do IGD do Bolsa Família, porque ele  
458 foi identificado um saldo alto, mais de 2 milhões em conta. Ele pedia esclarecimento acerca da  
459 utilização dos recursos e qual a resposta da SEDESE para utilização destes saldos, para  
460 reprogramação dos saldos. A SEDESE respondeu por meio do ofício 536/14, nesse ofício foi  
461 destacado que as informações sobre a utilização dos recursos do IGD do Bolsa Família são  
462 trazidas trimestralmente, por meio dos relatórios de prestação de contas, então esse saldo já  
463 vinha sido informado ao conselho, assim como a forma de utilização dos recursos e os relatórios  
464 das contas. Mas ai em resposta e atenção à solicitação do conselho, foi enviado uma nota com  
465 esclarecimento de utilização dos recursos desde 2011, qual foi o valor utilizado, como ele foi  
466 utilizado, com ações relativa ao conselho e capacitação. E está tendo uma progressão na  
467 utilização do recurso, mas de fato tem uma valor auto de 2 milhões de reais. A proposta da  
468 SEDESE que a SEDESE apresentaria a reprogramação deste saldo, é para fazer a compra de  
469 veículos para serem doados aos municípios para apoiar as ações de busca das famílias em  
470 cumprimento do programa bolsa família, foi apresentado proposta de critérios a serem  
471 apresentadas pela SEDESE. Essa proposta não chegou a ser apresentada porque a gente estaria  
472 em período eleitoral, então não poderia fazer aquisição e doação dos veículos aos municípios,  
473 então assim que encerrou a gente enviou o primeiro passo para um pedido interno que é um  
474 pedido de autorização para a SEPLAG, porque toda aquisição de bens tem que passar pela  
475 SEPLAG. E nesse meio tempo passada as eleições, foi feito uma determinação do governo de  
476 que não poderia ser feito mais compras de investimento. Aquisição de bens permanentes tendo  
477 em vista que será feita a transição de governo, aquisição de bens permanentes podem gerar  
478 custos, então foi feita essa proibição, então tivemos que encerrar esse processo interno. E não  
479 apresentou porque não teria como realizar mesmo essa proposta de reprogramação. E foi  
480 discutido que essa proposta vai ficar mesmo pendente, como das pendências e uma das questões  
481 que vai ser apresentada á nova gestão e ano que vem essa gestão vai com certeza na proposta  
482 de reprogramação. Se não apresentar esse conselho tem todo o direito de cobrar. E em relação a  
483 extrato das contas, também foi apresentado todos os extratos pedidos e em relação a outro ponto  
484 que pediu também sobre a não aplicação de recursos referentes ao piso de alta complexidade  
485 que foi depositado pelo governo federal na conta do Estado no finalzinho de 2013, e ele não foi  
486 aplicado. Esclarecemos que esse cuidado das contas. Essa parte contábil, ela fica com uma  
487 diretoria de planejamento orçamento e financiamento, que é dentro da Superintendência regional  
488 de planejamento e finanças da SEDESE, por mais que a gestão do fundo ela é feita dentro da  
489 SUBAS, essa parte contábil é feita da SPGEF, que é uma área que tem todas as secretarias. E foi  
490 encaminhada comunicação interna da SUBAS, pedindo explicação para essa Superintendência. E  
491 o diretor respondeu que foi um equivoco da diretoria de não ter feito a aplicação do saldo. Foi  
492 também conversado e retirado como indicativo pela comissão a aprovação do demonstrativo  
493 físico-financeiro do SUAS 2013, então as justificativas foram acatadas e o indicativo é pela  
494 aprovação. **ROBERTA** – Em discussão, aprovado o demonstrativo físico-financeiro. OK! Vamos  
495 passar para o próximo ponto de pauta. **ISABELA** – Tem só o último, e ai a gente fecha a pauta da  
496 comissão. É em relação ao ofício da SEDESE 488, que foi enviado em resposta ao ofício 219 do  
497 CEAS, esse ofício pediu atualização das informações sobre o número de municípios que não tinha  
498 conseguido inserir 25% dos usuários no SISC, do sistema do serviço de convivência. Quais que  
499 foram os problemas apresentados e quais as providências adotadas pela secretaria. A SEDESE

500 informou uma lista de municípios, dava para ver que tiveram uma melhoria significativa, são  
501 poucos municípios estão com essa questão da baixa inserção de usuários no sistema. Foram  
502 apresentados os principais problemas identificados que foram com relação ao NIS, problemas do  
503 sistema em salvar, e foram apresentadas as comunicações feitas com o governo federal pedindo  
504 providências, esclarecimentos para resolução do SISC. Discutimos também que o governo federal  
505 mexeu no SISC, teve uma melhora, mas parece que não está redondinho, mas teve uma melhora  
506 significativa, mas a gente continua acompanhando como órgão gestor. A Tereza vai  
507 complementar. **TEREZA CRISTINA** – Também dentro do tele presencial, tivemos uma orientação  
508 do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, de cursos que é afeto primordial, foi passo  
509 a passo do SUAS. Inclusive fui eu quem deu aula, e essa capacitação esse telepresencial, mudou  
510 muito, porque tinha dúvida de como usar o sistema. De salvar, de gravar, em manter, como ele  
511 teria que agir, porque tem um prazo de 90 dias para regularizar cada situação, onde eu vejo que o  
512 telepresencial nessa tema busca, muito positivo um avanço para inserir no sistema os usuários de  
513 vínculos no SISC. **VOLNEY** – Ô Tereza teria como prever no telepresencial dessas cidades eles  
514 terem acesso da disponibilidade desse material para poderem assistir, porque seria até  
515 interessante frisar para os que não vieram acessar para terem esse acesso. **TEREZA CRISTINA**  
516 – não tenho esse acesso como em todos os tele presenciais, quando tem a demanda a diretoria  
517 de capacitação grava o CD e disponibiliza para os municípios que tiveram ausentes. **ROBERTA** –  
518 Só uma ressalva, é o seguinte: é por isso, estou insistindo, e acho que esse conselho no ponto de  
519 vista do controle social tem que insistir nesse acesso. Nós fazemos um esforço muito grande para  
520 montar uma estrutura de capacitação. Você tem toda uma estrutura de capacitação, inclusive com  
521 gastos, então quando a gente fala que está disponível, por exemplo, não podemos assumir  
522 perante esse conselho, que vamos gravar um CD para 850 municípios que pedirem. A oferta é  
523 feita, a divulgação é feita e a gente inclusive tenta acertar agendas para poder facultar o gestor  
524 para poder estar presente. Agora tem um trabalho que esse conselho tem que fazer,  
525 especificamente a comissão de conselho tem que investir muito na mobilização dos conselheiros  
526 municipais para estarem presentes nas capacitações. Porque ele só exerce controle social, se ele  
527 está informado, se ele está capacitado. Então, não adianta fazer esforço grande para gestor se o  
528 conselho não estiver capacitado. Não sabe nem por onde está passando a discussão, e vai fazer  
529 controle de alguma coisa lá. Então, assim, precisa investir de fato nessa mobilização. Por  
530 exemplo, estava perguntando ao Hermellis agora, essa última telepresencial foi sobre controle  
531 social, quer dizer sequer discutimos isso aqui e mobilizamos os conselheiros para irem, sequer!  
532 Depois quando a gente faz o planejamento do conselho, fala assim, município tal está pedindo  
533 capacitação sobre controle social, a URCMA está pedindo capacitação de controle social. A gente  
534 oferece no telepresencial. Ainda tivemos o cuidado de chamar um ex-conselheiro, Marcelo  
535 Armando, para levar a experiência dele para discutir e debater e a gente se quer dá conta de  
536 mobilizar os conselheiros municipais, então adianta muito pouco Volney, se daqui o conselho for  
537 capaz de mobilizar os conselhos municipais para que ele possa... Porque os Telepresenciais ele...  
538 é mais aberto, o CAPACITA SUAS sim é mais fechado. Ele muitas vezes, (ele) não prevê a  
539 inscrição do conselheiro, se ele não for da área de gestão e o conselheiro fica à parte. Nós  
540 fizemos um esforço muito grande para atender capacitação de URCMAS, mas ainda sim, nós  
541 investimos pouco esse ano, nós tivemos pouco investimento nesse Conselho Estadual, na  
542 capacitação dos conselhos municipais. Seja por um motivo ou outro, mas isso é fato, nós  
543 investimos pouco, inclusive na mobilização, a gente se quer conseguiu mobilizar. Houve um  
544 investimento muito grande na mobilização para as conferências, mas esse ano a gente não teve  
545 esforço bem significativo. Isso é importante do ponto de vista para a discussão da prestação de  
546 contas, de avaliação, relatório de gestão, a gente ter clareza disso, para saber no conselho  
547 porque não demos conta de caminhar, inclusive, para saber por que não demos conta de  
548 caminhar. Claro que tem toda uma justificativa, mas acho que é importante saber o que não  
549 demos conta de fazer, inclusive para colocar na pauta do ano seguinte. Pode continuar. **VINICIUS**

550 – Eu queria perguntar mesmo, nesse conselho, se esse conselho tem experiência, tem costume  
551 de fazer, já tem experiência de fazer reunião descentralizada do Conselho Estadual, e como foram  
552 essas experiências, se isso resultou no tipo de fomento. Talvez o que você está falando é  
553 importante, talvez uma reunião descentralizada é importante para mobilizar aqueles conselhos da  
554 região, algumas coisas. **ROBERTA** – Isso é importante o que você coloca - que em 2012 e 2013  
555 por conta da conferência nos obrigou a chegar mais perto dos municípios, seja na conferência  
556 regional, seja na capacitação de URCMAS; mas teve um período que tivemos muita reunião  
557 descentralizada, chegamos a fazer até três ou quatro reuniões descentralizadas. De fato,  
558 vínhamos realizando isso, de uns anos para cá, devido a uma série de conjuntura, e eu acho que  
559 aqui estou colocando isso, mas não é para culpar ninguém não, só para termos... E é isso que  
560 você está falando, é voltar a fazer o esforço, porque é uma estratégia importante, a plenária  
561 descentralizada; e voltar a investir nas capacitações de URCMAS, que é outro ponto que  
562 chegamos próximo dos conselhos municipais. Esse ano para nós foi um ano de muito desafio, foi  
563 um ano difícil para a gente. Agora o importante é termos esse ponto de pauta, e sabermos que  
564 não cumprimos. Foi um ano difícil, ano de crise, de eleição, eleição pesada, entendeu? Essas  
565 questões todas. Foi uma conjuntura que não teve como avançar muito. Agora, o mais importante é  
566 um momento de atenção para não perder de vista, para ano que vem criar condições para agente.  
567 De fato, só vamos conseguir trabalhar no controle social e nos municípios dessa forma, se não  
568 ficamos de ofício para lá, ofício para cá, telefone para lá, telefone para cá, papelzinho para lá,  
569 papelzinho para cá. Nós não temos ideia do que está na ponta, porque não estamos saindo daqui  
570 para ouvir, não estamos saindo daqui para mobilizar. Acho que esse conselho tem um papel  
571 fundamental de fomentador, o fundamento dos conselhos municipais, porque se nós não tivermos  
572 esse olhar, na outra plenária eu disse isso, se a gente não tiver... nós estamos trabalhando no  
573 tripé do SUAS, apenas na lógica de recursos financeiros e serviços abertos. Agora o tripé do  
574 controle social, entendeu? Nós precisamos saber em que patamar nós estamos. Agente tentou  
575 trazer e não conseguimos a pauta dos dados do Censo SUAS do conselho, você precisa  
576 conhecer os dados SUAS de 2013, porque é, no mínimo, para saber o que Minas Gerais  
577 preencheu dos dados e, está posto lá como informação social. Não temos, não conseguimos  
578 trazer para cá. Quer dizer, dizer nós estamos fechando o censo de 2014 agora. É preciso esse  
579 conselho, saber, quantos municípios ainda não preencheram o Censo, porque é a única fonte de  
580 dados oficial para termos um desenho do SUAS. Até para saber como estamos. Senão, em  
581 conferência ano que vem, o que acontece? Sabe Vinicius? Ano de conferência, os conselheiros  
582 ficam todos assustados quando veem os resultados. Gente que absurdo! Como absurdo, gente?  
583 Isso é o SUAS que está lá e nós não sabemos. E uma das formas da gente conhecer é através do  
584 Censo. Então, também, ficam esses pontos de atenção que é termos atenção dos dados do  
585 sistema SUAS. Aí vou pedir a Isabela para mandar, inclusive, mandar para o conselho os dados.  
586 E a comissão de política e a comissão de conselho, sentam e analisam os dados para fazer uma  
587 discussão, para compreender como está pelo menos no âmbito de 2013. É, a gente pediu, eu pedi  
588 a Isabela e tentamos trazer em duas plenárias por questão de pauta. Nós pedimos para tirar todos  
589 os dados do censo, no que diz respeito ao controle social - quantos conselhos, qual o perfil do  
590 conselho, todos os dados do Estado de Minas Gerais. E eu vou pedir à Isabela enviar para cá e  
591 vocês ficam com isso, e as duas comissões reúnem para terem uma análise desses dados para  
592 poderem discutir, ok? Bom! Então vamos passar agora para o GT de monitoramento de  
593 Candonga. Vou só fazer um breve introito aqui em relação à PCH de Candonga, (que) muitos  
594 conselheiros que estão presentes hoje não tem noção do processo. Nós vivenciamos em 2012,  
595 2013, um processo intenso de discussão de monitoramento tanto com os atingidos, quanto com o  
596 empreendedor, e nós criamos... Teve uma resolução do CEAS, gente, por favor! Teve uma  
597 resolução do CEAS que inclui algumas repactuações desse plano, (que) entendeu que o plano  
598 que o empreendedor apresentou foi um dos primeiros planos que nós trabalhamos no conselho.  
599 Então, tinha inexperiência para todos os lados, para todos os gostos, inexperiência do conselho,

600 in experiência do ponto dos próprios empreendedores, dos atingidos, porque essa ação que  
601 trabalhamos hoje no conselho era trabalhada na ação ambiental e por um movimento de Minas  
602 Gerais, entendeu-se que tudo que era afeto pelos atingidos tinha que passar pelo conselho. E isso  
603 foi um ganho. Candonga foi um dos primeiros planos, foi o de Candonga, foi de Barras de  
604 Braúnas. Então, foi uma serie de sucessivos erros, há 10 anos atrás. Então, nós fomos  
605 monitorando, foram tendo várias manifestações de todos os lados. E nós conseguimos em 2012  
606 termos uma readequação desse plano, entendendo que em 10 anos essa realidade se  
607 transformou. E tentando compreender a nova demanda dos atingidos e compreender o papel e a  
608 posição do empreendedor, então, fizemos uma nova resolução, praticamente com novo plano. E a  
609 partir disso, em outubro de 2012, se não me falha a memória, e a gente vêm acompanhando.  
610 Criamos um grupo de monitoramento aqui dentro formado por conselheiros da sociedade civil e  
611 governo para acompanhar e monitorar toda a execução dessa readequação desse plano. Foi uma  
612 experiência riquíssima que vivemos, tanto do ponto de vista da negociação desse plano de  
613 negociação, bem como, um processo de monitoramento que foi um processo muito rico. E nós  
614 criamos esse grupo que foi formado pela Isabela, Luiza, Rosilene e Volney, quer dizer, nós  
615 incluímos a equipe técnica da SEDESE para poder dar suporte a todo o processo de construção  
616 de relatório para visitas que tinham que ser feitas junto com os conselheiros, Isabela, Volney,  
617 aliás, com os três conselheiros, a Luiza também é conselheira. Então, tem mais ou menos um ano  
618 que estamos acompanhando esse monitoramento. O empreendimento vem mandando sucessivos  
619 relatórios de cumprimento das ações. Agora no começo, nós tivemos visita da equipe para  
620 comprovação daquilo que ficou no relatório e estamos trazendo para encerrar. Até porque, de fato,  
621 esse conselho já está praticamente um ano atrasado com a resolução que venceu em dezembro  
622 de 2013. Então, esse monitoramento e encerramento deveriam se dar conforme resolução que fez  
623 a repactuação, no máximo, no primeiro trimestre. E agora a gente está trazendo para essa  
624 plenária para de fato encerrar toda essa perspectiva desse empreendimento de Candonga. E,  
625 lembrando que, paralelo a isso, também, houve toda uma intervenção do MP, junto com o  
626 empreendedor e os atingidos, foi criado um TAC do MP. E o MP teve o cuidado, e já esteve em  
627 plenária conosco discutindo sobre isso, o TAC do MP está muito à luz da resolução que nós  
628 fizemos da repactuação. É claro que o TAC está melhor, ele avança mais, mas o TAC é do MP,  
629 embora o CEAS componha o grupo de monitoramento do TAC. Então, o TAC é uma coisa sobre a  
630 coordenação do MP, e aqui nós vamos discutir as questões que estão afetas à nossa resolução  
631 do Conselho. Só estou informando isso. Como o CEAS faz parte do grupo de monitoramento lá, e  
632 a gente está em um processo de muita negociação e, está muito tranquilo, todo o processo de  
633 negociação e o TAC acompanhando, porque ele está no grupo de monitoramento, assim quis o  
634 MP, não quis deixar o CEAS de fora. O CEAS teve que assinar o TAC junto, e entendemos que  
635 isso veio fortalecer todas as ações que a gente repactuou. E o TAC, como eu disse, no ponto de  
636 vista das ações até ampliou o que está na resolução, o que de certa forma foi bom para os  
637 atingidos. Embora tenha alguns problemas no cumprimento das ações por parte dos atingidos,  
638 mas aí tem a ver com o TAC e não tem a ver conosco, estou chamando a atenção para a gente se  
639 ater de fato à nossa resolução. Vou passar para a Isabela. Quem vai falar que está no grupo de  
640 monitoramento? E gostaria de encaminhar da seguinte forma, se necessário for a gente abre para  
641 a equipe do empreendimento que está aqui para uma questão de colocação. Se necessário for  
642 para esclarecer aos conselheiros. E queria pedir ao empreendimento, nesse aspecto, de se ater  
643 aos esclarecimentos solicitados para os conselheiros, para não se delongar acima do que está na  
644 resolução. E os conselheiros fiquem muito à vontade para perguntar e, caso o grupo de  
645 monitoramento não tenha sido claro, o grupo de monitoramento está aqui e a gente abre espaço  
646 para o debate, para no momento da votação todos os conselheiros estejam esclarecidos.  
647 **ISABELA** – Bom! Como Roberta já falou, a composição do grupo; e a gente está trazendo para a  
648 plenária a análise final sobre a execução do PAS referente ao empreendimento de Candonga. E  
649 aí estamos trazendo nossa sugestão de parecer. A gente faz um pequeno resgate, foi

650 considerando um ofício encaminhado pelo consorcio em 12 de novembro desse ano, que  
651 tratava... Está ótimo, só sobe, por favor! Bom, continuando... Considerando que o empreendedor  
652 enviou o ofício em novembro e esse ofício comprovava a finalização do pagamento... Começar  
653 com o histórico, acho que vai ficar mais claro. A gente fez a visita em Julho, como Roberta falou,  
654 esse grupo foi até à comunidade de Soberbo e Sete Quedas para analisar todos os pontos  
655 constantes do PAS. Quando a gente fez essa análise em relação à Nova Soberbo, estava tudo  
656 cumprido. A única questão que estava e já tinha sido iniciada e não tinha sido finalizada foi com  
657 relação aos pagamentos das extensões de quintais. O consórcio já tinha feito pagamento da  
658 primeira parcela, a segunda parcela seria paga em Agosto e a nossa visita foi feita em Julho. E  
659 pela conversa com os atingidos, fizemos uma amostragem, começou pelas ruas da comunidade,  
660 etc., estava correndo tudo bem, mas não tínhamos comprovação. Então, em 12 de novembro  
661 enviou a comprovação da finalização de pagamento das indenizações relativa à extensão de  
662 quintais. E aí a gente considera que todas as ações do PAS relativa à Nova Soberbo foram  
663 concluídas e incluí a capacitação para gerar captação de renda, reforma das casas, da  
664 regularização fundiária, que a gente já apresentou anteriormente. Então, em Nova Soberbo está  
665 ok. Agora, o que a gente tinha identificado foi em relação à comunidade de Sete Quedas. Sete  
666 Quedas, na verdade, tem característica diferente. Nova Soberbo é uma cidade urbanizada, casas  
667 juntas. Sete Quedas são produtores rurais, agricultores rurais que moram em torno de Nova  
668 Soberbo, em Bom Jesus do Escalvado, moram mais dispersos. Fizemos a visita e, todos os  
669 atingidos de Sete Quedas que estavam presentes, nós visitamos. Tinha um numero grande que  
670 estava viajando, estava doente e não estava presente. Mas em relação à Sete Quedas, a questão  
671 do PAS é relativo à aquisição das terras e foi feito um estudo para identificar o tamanho que elas  
672 tinham que ter já que eles dependem da produção da terra, e foi identificado pelo estudo técnico,  
673 que seria uma terra de dois hectares (2ha). E quando a gente fez a visita, nenhum dos moradores,  
674 nenhum dos atingidos tinha essa terra de dois hectares (2 ha). O consórcio já tinha comprado a  
675 terra, a casa só que já não tinha dado no tamanho que foi identificado para o tamanho deles. Isso  
676 foi uma pendência. A outra questão, relativa a sete quedas era o assessoramento técnico. Foi  
677 contratada a empresa EMATER para dar aos produtores qualificação para a produção deles, e de  
678 acordo com as disponibilidades de cada um, alguns são agricultores, outros têm gado (é de corte,  
679 de leite e tudo mais). Todos eles tinham recebido a visita da EMATER. Só que os trabalhos não  
680 tinham sido concluídos porque não receberam a terra completa. E precisa do estudo da terra para  
681 a EMATER finalizar, mas ela já tinha contactado (eles) e estavam aguardando. A outra questão é  
682 o fornecimento de água das pessoas de Sete Quedas. A gente também identificou que vários  
683 deles tinham queixa da falta de água. Vários deles tinham problema de água para casa e para a  
684 produção. E isso ficou como uma pendência. E o terceiro ponto, foi um caso particular do senhor  
685 José Justino, a gente fez uma visita e a casa dele apresentava rachaduras no chão e tinha uma  
686 rampa na parte de trás, dava para ver porque estava chovendo, parecia que a terra estava  
687 desmoronando. Não tínhamos capacidade técnica para fazer análise técnica, mas em conversa  
688 com a família ficamos preocupados e solicitamos ao consórcio que fizesse um relatório técnico por  
689 um engenheiro, por uma pessoa técnica especializada para identificar se havia algum risco na  
690 residência do senhor José Justino. E aí, depois disso, considerando isso, o empreendedor enviou  
691 ofício que trazia informações referentes a essas pendências da comunidade de Sete Quedas. Em  
692 relação à questão da água, o empreendedor apresentou vários relatórios e estudos técnicos que  
693 demonstravam que foram colocados hidrômetros na rede de abastecimento dos atingidos de Sete  
694 Quedas. Foram feitos estudos de acordo com a necessidade de consumo em casa e para a  
695 produção e, foi feita a comparação da capacidade de abastecimento e de consumo. A gente já  
696 teve até uma reunião com o empreendedor e só estava dependendo do relato dos moradores, e  
697 foi possível identificar com os relatórios que, de fato, o abastecimento não é problema. Estava  
698 acontecendo que todos eles tem duas ou três fontes de água, e eles têm. Foi feita captação de  
699 água natural de fonte, de rio, pequenos córregos que tem lá. Eles têm várias fontes de

700 abastecimento. O que ocorre, às vezes, é a má utilização da água e alguns deles têm consumo  
701 excessivo; quem tem apresentado um consumo abaixo do estudo técnico é porque não conseguiu  
702 implementar sua produção, mas tem disponibilidade, a água está disponível. E então, entendemos  
703 que essa questão está solucionada porque passa mais por uma questão de conscientização.  
704 Alguns casos que a gente tinha visitado, em propriedade, reclamaram que não estava sendo  
705 abastecido, é uma questão natural do próprio lugar escolhido para fazer o plantio. Ele já foi  
706 orientado de que aquele não era o lugar adequado, ele tinha que fazer o cultivo em outra parte da  
707 propriedade dele, porque de fato a irrigação é complicada, mas ele tem três fontes de irrigação.  
708 Mas de fato, a gente entendeu que não é mais uma questão para os atingidos de Sete Quedas.  
709 Em relação à casa do Sr. José Justino, encaminhado pelo Engenheiro, foi identificado que não há  
710 risco na casa. A rachadura que identificamos no chão não apresenta risco na casa. Foi feito  
711 vistoria acompanhada pela família. E o engenheiro identificou que poucos reparos eram  
712 necessários do balizar da porta. Pequenos reparos que o consórcio irá fazer. Foi identificada a  
713 questão de um cano que o senhor José Justinho tinha se queixado, mesmo que estava exposto,  
714 será feito a correção do cano para não ficar exposto. Em relação ao barranco, o engenheiro não  
715 identificou nenhum risco, mas a pedido do Sr. José Justino ficou acordado que eles irão fazer o  
716 muro de arrimo (para fazer) em cima do barranco que fica atrás da casa. Então, as questões que  
717 haviam sido identificadas já foram supridas por esse relatório técnico que vai ser feito e tudo mais,  
718 e a gente considerou que está cumprido e ok. Em relação, à aquisição das terras para indenizar  
719 os dois hectares - 2 ha - que cada família de atingido tem direito. O empreendedor encaminhou  
720 com a gente todos os comprovantes do processo de negociação que tem sido feito com os  
721 atingidos. A questão da aquisição das terras é mais complicada. Essa questão da propriedade, foi  
722 oferecida uma propriedade do consórcio e outra propriedade que o consórcio se disponibilizou a  
723 comprar, mas nem todos os moradores se sentiram confortáveis com essas terras. Alguns tinham  
724 à época de acordo que queriam essas terras e depois voltaram atrás. Foram feitas várias reuniões  
725 com os moradores e a última inclusive com o MP, que está acompanhando. É a solicitação um  
726 pouco mais prolongada e a gente identifica que o empreendedor tem feito. Na última reunião, os  
727 atingidos identificaram para o consorcio qual é a terra de interesse da maioria deles. E a terra que  
728 eles identificaram o proprietário não tem intenção de vender e já foi feito todos os tipos de  
729 negociação, várias vezes, e ele não tem interesse de vender. E foi definida nessa reunião com o  
730 MP a possibilidade de fazermos uma reunião com o MP e a prefeitura para que a prefeitura faça o  
731 processo de desapropriação, e aí possa conceder essa terra aos atingidos que querem esse  
732 pedaço, para os atingidos que já concordaram com a fazenda da Cachoeira Alta; que o  
733 empreendedor já tinha até compromisso de contrato de compra e venda. E está feito o  
734 acompanhamento. Então, tendo em vista todo esse processo longo de acompanhamento, tendo  
735 em vista, eu, a grande maioria de todos os pontos e o que está pendente a integralização da terra  
736 e está acompanhado pelo MP e já foi identificada uma solução, a gente está propondo que o PAS  
737 seja dado como cumprido. E a questão dos dois hectares (2 ha) considerando que é uma questão  
738 que vai ser acompanhada pelo MP e pelo conselho que fazia parte do grupo monitoramento e que  
739 pode ser acionado pelo MP, a qualquer momento. **VOLNEY** – faz favor de voltar no início Rosa.  
740 Ok! **ROBERTA** – nós temos aqui a gente, vou dá para os conselheiros só conselheiros, alguns  
741 relatórios que foram chegando, que foram feitos, como ela está dizendo, a visita foi em julho.  
742 Inclusive, algumas questões individuais como, essa questão da dona Ambrosina, foi uma questão  
743 que o Volney fez ao empreendimento, da situação do banheiro e das questões da casa dela, o  
744 empreendedor está comprovando aí. E tem um muro de arrimo já solicitado na época da visita,  
745 questões que estão com a Denise que foram demandadas e eles estão trazendo fotos e tem  
746 relatórios de aferição, está em andamento esse muro de arrimo. E tem documentos no CEAS que  
747 comprovam do ponto de vista da execução daquilo que nós repactuamos das ações daquela  
748 resolução. A questão da água, a Isabela colocou muito bem, nós tivemos a discussão na SEDESE  
749 com o empreendedor que foi esclarecida. Tem um filme que eles fizeram com os usuários para

750 falar sobre a questão da água. Porque de fato é uma questão mais séria em relação à questão da  
751 água, mas do ponto de vista do fornecimento, mas existia ali, como existe no planeta como um  
752 todo, o uso incorreto desse bem tão precioso que é água. Estamos percebendo, claramente, em  
753 vários lugares, a falta dela, o que estava acontecendo. Outro dia estava vendo uma reportagem  
754 que tem lugares que estão roubando a caixa d'água, entendeu? Para você ver, o que é. A água  
755 virou um bem tão precioso que virou motivo para os ladrões. Lá necessitava, inclusive, fazer essa  
756 conversa com a comunidade porque de fato quem está na comunidade, zona rural, que tem sua  
757 nascente, se a pessoa não tiver essa conversa, ela não acredita que está posta, não só para  
758 Candonga. Sete Quedas está posta para o mundo e o planeta. A gente percebeu também que do  
759 ponto de vista que foi pactuado, foi resolvido. A única questão que a gente... e Isabela colocou, e  
760 a gente precisa, e a gente está trazendo para discussão nesse conselho, essa questão do terreno  
761 em Sete Quedas. Ela precisa ser acompanhada e ela está dentro do escopo do TAC. Então,  
762 estamos passando para o acompanhamento lá, tendo em vista que são questões de negociações,  
763 questões jurídicas inclusive, com o próprio prefeito. E, diga-se de passagem, nós tivemos nesse  
764 processo todo de acompanhamento, tivemos muita dificuldade de discussão com o setor público  
765 especificamente na área da assistência social. Isso foi uma dificuldade enorme do ponto de vista  
766 do Conselho Municipal de lá. Teve um momento em que o conselho, a presidente do conselho  
767 estava muito envolvida e ela é parente de usuário, é usuária atingida, então, esteve muito confusa  
768 essas questões. (Vou separar vocês duas juro por Deus.) Um dos desafios nosso para o trabalho  
769 de monitoramento, e acredito que o MP vai ter essa dificuldade com o TAC, foi muito mais com o  
770 setor público do que qualquer outra coisa. Por parte do empreendedor e dos atingidos  
771 conseguimos fazer um acordo muito legal, é para que as coisas avançassem. Por um lado, os  
772 atingidos tiveram uma quebra de resistência, dos atingidos, até a gente percebeu muito que o  
773 TAC ajudou muito, também nesse aspecto e, por outro lado teve um avanço muito grande de  
774 ações do empreendedor naquilo que os atingidos estavam apontando. Teve um avanço  
775 significativo naquilo que estávamos propondo na resolução, entrada no TAC, e todo o trabalho  
776 que o empreendedor fez, a abertura e a adesão do empreendimento. Por exemplo, estávamos  
777 com um problema sério no início do nosso monitoramento que é a reforma das casas, isso tinha  
778 sido colocado no nosso plano de pactuação. Todo mundo reclamando que a cozinha era virada  
779 para um lado, caixa d'água, era uma reclamação sem fim, sem fim! Coisas que eram de  
780 manutenção da casa, enfim, foram colocadas e, chegamos ao acordo com o empreendedor para  
781 que ele desse conta, para quebrar a resistência deles que estavam muito forte em relação a isso.  
782 Isso foi sanado Eram duas coisas que estavam muito forte e a questão da água era algo que  
783 incomodava, não só, Sete Quedas e Candonga, porque Nova Soberbo reclamava do cheiro e da  
784 cor da água, as mulheres reclamavam muito, elas iam lavar roupa e reclamavam da cor da água.  
785 A gente batia muito nessa tecla, vamos sanar essas questões que estão incomodando de  
786 imediato, para depois passar para as coisas mais complexas. Vamos sanar as questões de Nova  
787 Soberbo, isso foi ponto passível. A água, hoje, está tranquila, de qualidade, embora reclamassem  
788 do cheiro dela e da cor, e ainda sim os resultados trazidos das análises do ponto de vista para  
789 consumo humano porque incomodava era a questão da cor dela, que era algo que incomodava  
790 muito e, de fato incomoda a qualquer um. Já estava sanado, na visita do grupo de monitoramento  
791 de área atingido. E, de fato, um dos maiores desafios nosso foi sentar com o poder público, para  
792 negociar, avançar naquilo que seria obrigação do poder público. Do ponto de vista das políticas  
793 públicas, essencialmente na política de assistência, por exemplo, em vários momentos do  
794 monitoramento foram detectados que não eram afetas ao empreendedor, eram afetas à questão  
795 da saúde, da assistência. Mas avançamos muito pouco na conversa com o gestor público, até  
796 porque foi difícil. Por exemplo, me lembro nesse processo todo, incluímos o município de Santa  
797 Cruz do Escalvado com Travessia para poder dar conta um pouco dessa discussão com algumas  
798 ações. Travessia tem várias ações do ponto de vista da assistência, a gente pode puxar. E, por  
799 último, tivemos que cancelar o convênio de lá, porque ele não executou o convênio de Travessia.

800 Então, foi repassado recurso e ele não conseguiu executar. Então, de fato, o maior desafio para  
801 nós não foi conversar com o atingido, não foi negociar com o empreendedor, porque isso a gente  
802 vinha de um processo bastante intenso, mas, o poder público teve dificuldade. Tivemos  
803 dificuldade no momento em que fomos trabalhar o terreno de Nova Soberba porque dependia da  
804 prefeitura, agora está tendo dificuldade com Sete Quedas, porque depende da prefeitura.  
805 Questões que são administrativas, que dependem do poder público local isso é um entrave. E por  
806 isso que a gente está trazendo com o parecer para aprovação e, no sentido desse aspecto, no  
807 que diz respeito à questão de Sete Quedas, encaminhar para acompanhamento. E o grupo de  
808 monitoramento do CEAS, vai acompanhar isso dentro do TAC. É, Denise. **DENISE** – na verdade,  
809 eu queria só informação: se no TAC, me parece que alguma pendência é a realocação de  
810 algumas famílias, porque precisa da aquisição da terra. E isso é um entrave no momento.  
811 **ROBERTA** – deixe-me só clarear, não é realocação de famílias. O que está no TAC é o seguinte,  
812 Sete Quedas, inclusive, eles não foram tirados, a produção deles é pecuária, entendeu? No que  
813 diz respeito do projeto de produção produtiva que foi repactuado na nossa resolução, Sete  
814 Quedas, nós tratamos à parte, por entender que (eles) queria continuar com essa produção de  
815 Gado Leiteiro. Eles queriam continuar com essa produção, só que precisaria aumentar a terra  
816 deles para essa produção. E a primeira terra que foi proposta eles aceitaram, a priori, e voltaram  
817 atrás. O empreendedor fez, a pedido do CEAS, um convênio com a EMATER. A EMATER dá  
818 assessoria para essas pessoas que estão em Sete Quedas. E o que estamos colocando é o  
819 seguinte, nessa negociação do terreno maior para a produção deles, isso que está a par para a  
820 gente passar para o MP acompanhar, tendo em vista a dificuldade com o poder público. Não é  
821 para realocação de famílias, as famílias estão todas reassentadas, bonitinho, tanto a de Nova  
822 Soberba, quanto a Sete Quedas. **ISABELA** – eles todos tem a casa, já. Inclusive, as casas deles  
823 passaram por reformas, foram feitos os reparos, feitos ao empreendedor. Eles têm uma área de  
824 produção e cultivo de gado no entorno, só que não é no tamanho. E a ideia é comprar separado  
825 porque eles não aceitaram. Alguns alegam que a terra que foi oferecida é longe para (ter que)  
826 levar o rebanho, alimentar o gado, levar água vai ser difícil. E essa terra que eles querem fica  
827 mais perto e o proprietário não quer vender. **ROBERTA** – Nós vamos, porque assim, aliás, o  
828 grupo de monitoramento nosso está lá e, com certeza essa negociação vai ser feita e vai chegar  
829 numa hora. Eles estão resistentes, eles querem um pedaço de terra que o moço não quer vender.  
830 Não tem jeito de fazer milagre. Não abro mão, não quero vender. Estão vendo alternativas com o  
831 próprio poder público local, de algumas terras que possam ser negociadas e, não tenho dúvida,  
832 com essa historia do MP está junto e o CEAS estando no MP ficaria essa situação. Só para  
833 lembrar, isso, para além da questão da terra só para lembrar, tem o convênio com a EMATER e  
834 as pessoas que têm suas terras lá e estão continuando e podem produzir, a EMATER está  
835 assessorando. E foi feito dentro do TAC do MP um repasse para as associações, e não foi um  
836 repasse pouco, para eles tocarem seus projetos. Por exemplo, Sete Quedas deve ter ganhado na  
837 ordem de 700 mil, não sei o valor correto, Nova Soberba ganhou nessa faixa. O empreendedor  
838 passou recursos para essas associações tocarem seus projetos e estão destravando as questões  
839 da terra, mas assim com essa dificuldade, se batem e tem resistência no lugar, até chegar num  
840 acordo, que enfim. Mas o fato é que eles estão com dinheiro em conta para tocar o projeto com  
841 assessoria da EMATER e, a partir de agora se assim entender, o colegiado terá que prestar  
842 contas ao MP nesse quesito aí. Ademais, de tudo que foi colocado, de ações que foram de  
843 readequação do plano, que quase foi um novo plano, ele foi cumprido. Isso foi o que foi visto não  
844 só pelos relatórios, mas pela equipe de monitoramento que foi composta, que teve visita e que  
845 ficou lá dois ou três dias, é, pegando por amostragem, teve em Sete Quedas, e toda essa  
846 comprovação comprobatória está disponível no CEAS para quem quiser. **ISABELA** – Então,  
847 assim, a gente pode ver pelos relatórios. Mas pela conversa que a gente teve com os atingidos,  
848 todas as informações, quem falou o quê, aquele morador, o que ele tinha interesse, bate com a  
849 visita. Tem lá o questionário informando qual terra que eles queriam e qual não queriam. É

850 exatamente a mesma coisa que a gente colocou e estamos bem tranquilos assim. **ROBERTA** -  
851 agora vale a pena, do ponto de vista do acompanhamento desse trabalho com o MP, de quando  
852 em vez, trazer essa discussão desse grupo do CEAS de conselheiro - Volney e Luiza, então tem o  
853 Volney e a Luiza. E acho que esse colegiado tem que ficar atento a esse acompanhamento de  
854 todo o processo que a gente vivenciou com Candonga que foi muito rico, e teve muito  
855 aprendizado por todos os lados. Quem lembra e está no colegiado, participamos de reuniões que  
856 foram muito tensas, tivemos reuniões que tive que sair escoltada porque os atingidos estavam  
857 todos inflamados. Nós fomos na reunião na SUPRAM que foi pesadíssima, foi um processo rico  
858 que vivenciamos e foi um processo que, eu particularmente, tiro como aprendizado da gente  
859 entender e, esse colegiado teve uma maturidade muito grande de avançar no olhar e no  
860 monitoramento dos conflitos que foram instalados. Conflitos que foram instalados lá e teve de tudo  
861 um pouco que vocês imaginarem. Como aprendizado, valeria a pena acompanhar com o MP, e o  
862 MP foi um aprendizado muito grande, por exemplo, só um simples fato, por exemplo, o grupo de  
863 atingido de resistência maior, vinha ao CEAS e batia, foi alvo de muita discussão. E, eles, hoje se  
864 encontram no olhar do MP, no desvio de toda a conduta daquilo que foi adquirido nessa  
865 negociação com o MP. Um dos atingidos que faz parte da associação, ele, hoje tem um Honda  
866 Civic, comprado com o recurso. Então, ele está sob o MP porque o TAC está sob-  
867 responsabilidade do MP, que ele comprou, compraram uma fazenda. Estou colocando isso aqui  
868 para vocês terem experiência e compreender o que vivemos aquilo, na extensão de quintal, a  
869 gente estava batalhando. Que quem foi em Nova Soberba, a extensão de quintal era de 500m de  
870 distancia, ele tinha um problema, mas eles colocaram que era longe, distante que não valia a  
871 pena. Eles, hoje, receberam recursos para resolver o problema de extensão de quintal, Nova  
872 Soberba, eles compraram uma fazenda, a 60 km de Nova Soberba. Isso não é problema nosso, é  
873 problema do MP de lá. Agora, estou só colocando isso aqui é porque de fato nós que participamos  
874 disso, embarcamos muito nesse clamor e temos que ouvir sim, perceber. Agora temos que ter um  
875 olhar para além do que é manifestado e nós tivemos também. E conseguimos observar nesse  
876 processo, um grupo de oportunista que está no mercado que é a questão de empreendimento.  
877 **ROBERTA** – levando vantagem disso hoje está em outro empreendimento que é Barra de  
878 Braúnas, que provavelmente vai vir para discussão aqui na mesma linha de embate que tivemos  
879 em Barra de Braúnas. Então vale a pena pensar nessas questões e buscar mais informações e eu  
880 não tenho dúvida que Barra de Braúnas é questão de tempo para estar aqui, talvez no nível de  
881 Candonga. Pronto, falei, não deveria falar e assumo e agora é em debate. Se algum conselheiro  
882 quiser mais algum esclarecimento aproveitar que o empreendedor está aí para poder esclarecer  
883 essas questões. Ok! Aprovado o relatório de Candonga. E entendendo isso que a partir de agora  
884 a gente encerra terá uma resolução que aprova todo esse processo de monitoramento e  
885 resolução do PAS e só com essa ressalva de que esse item será acompanhado lá, tendo em vista  
886 essa complexidade, ok! Empreendedor quer comentar alguma coisa? Não precisa? Ok! Então,  
887 vamos agora, já que a gente está trabalhando na questão de empreendimentos, vamos para a  
888 apresentação de processo de Unai. Vamos dá sequência à nossa agenda aqui. PCH Unai, quem  
889 é o relator. **VOLNEY** – empreendimento PCH Unai de baixo, empreendedor Grupo Brenar Energia  
890 S/A, responsável pela elaboração do PAS grupo Brenar Energia, Município de Unai. Tipo do  
891 processo: apreciação do PAS Barragem, comprovação de implementação e denúncia. Apreciação  
892 do relatório final PAS Barragem, pedido de vistas. É, data do processo 18/9/2014, data de entrega  
893 20/10/2014, sob diligência, justificativa da solicitação, apresentação pelo conselho municipal de  
894 assistência social de forma específica a respeito dos pontos não contemplados em cada projeto  
895 em face do novo plano de assistência social, explicitando os que consideram mais efetivos.  
896 Análise do resultado: não satisfatória a análise dada pelo CMAS, haja vista ter sido, explicitado os  
897 respectivos pontos os quais os consideraram não realizados efetivamente. Fundamentação do  
898 parecer: A Pequena Central Hidrelétrica, PCH Unai de Baixo, no município de Unai, cujas  
899 atividades para construção foram iniciadas em junho de 2010/novembro de 2011, e o enchimento

900 do reservatório em fevereiro de 2012, com potência instalada de 26.000MKW, área de 36 casas  
901 atingidas. Primeiro PAS barragem, encaminhado ao CEAS em 2003 e aprovado em dezembro  
902 2004, conforme resolução 66/2004, não tendo sido aprovado. Entretanto, não tendo sido aprovado  
903 nos termos da avaliação, quando da 162ª plenária do CEAS em 18/09/2012; tendo deliberado  
904 também pela elaboração do novo PAS Barragem, à luz da resolução 317/10, apresentado o novo  
905 PAS Barragem em dezembro de 2012, no qual foi aprovado pela resolução CEAS 440/13, de  
906 24/04/13; definido pelo CEAS os parâmetros do PAS barragem, compreendendo também as  
907 ações de assistência social, com várias ações à população atingida indiretamente com a  
908 construção da PCH Unaí, nos bairros de Mamoeiro e Santa Clara. Além de projetos de prevenção  
909 ao uso de drogas, enfrentamento da violência infanto-juvenil, promoção da qualificação  
910 profissional, promovendo a comunicação com os órgãos públicos e privados com o escopo de dar  
911 conhecimento a respeito da real situação social dos bairros atingidos, durante a implantação da  
912 PCH Unaí de Baixo das 36 propriedades, 7 foram realocação, as demais foram atingidas  
913 parcialmente. Considerando a análise documental, e as entrevistas com alguns moradores do  
914 bairro mamoeiro, os projetos foram divulgados na comunidade, considerando, portanto,  
915 implementados. Visando dar continuidade da instrução para fins de elaboração do parecer  
916 conclusivo foi baixado em diligência ao Conselho Municipal de Assistência Social para que mesmo  
917 esclarecesse determinadas dúvidas. A primeira relativa à elaboração e implementação e a  
918 segunda relativa à indenização paga a determinado atingindo em face à desapropriação da sua  
919 área atingida. Restou comprovado, conforme documentação juntada aos autos o cumprimento do  
920 termo de transação acordado e devidamente homologado pelo juiz competente inclusive com a  
921 juntada dos termos lavrados junto ao cartório da circunscrição objeto da desapropriação. Por outro  
922 lado, não apontaram de forma explícita os pontos, os quais segundo sua concepção não foram  
923 atingidos, tendo efeito sua remissão de forma genérica ao não cumprimento aos relatórios  
924 bimestrais. Parecer conclusivo: com a presença de um representante da PCH Unaí Minas Gerais,  
925 e representantes da PCH Unaí de Baixo, na sede do Conselho Estadual de Assistência Social de  
926 MG, em 23/10/14 para que ambos se manifestassem diante dos fatos relatados, dando direito à  
927 defesa e ao contraditório. Projeto de comunicação social produzido nos bairros de Mamoeira e  
928 Santa Clara, gerou impactos esperados para desenvolver as ações. Projeto de prevenção do uso  
929 de drogas, projeto para prevenção infanto-juvenil e projeto de qualificação profissional. O projeto  
930 de prevenção ao uso de drogas é demonstrado claramente no relatório de impacto das ações. O  
931 projeto de prevenção enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil considero contemplado  
932 conforme descrito no quadro 4 e pela adesão dos alunos a temática apresentada na escola local.  
933 Quanto ao projeto de qualificação profissional a parceria entre o sistema S e o nº de concluintes  
934 dos cursos atesta sua eficácia. A exposição verbal do empreendedor e dos conselheiros  
935 municipais trouxe uma elucidação dos fatos. Portanto meu voto é pela aprovação. **ROBERTA** –  
936 em discussão. **DENISE**- Teve uma reunião que teve aqui. Tem um pega que liga o assunto. Dá  
937 um parecer conclusivo no início. Foi uma reunião que esteve aqui, com representantes tal e tal,  
938 aconteceu o quê? Em 23/10. Em reunião para que ambos se manifestassem e a pergunta é nesse  
939 sentido. Nessa reunião com a presença do pessoal da empresa. **VOLNEY** – o conselho municipal  
940 esteve aqui e os representantes estiveram aqui e tivemos todas as dúvidas sanadas. **DENISE** – E  
941 teve concordância que todas as dúvidas foram sanadas? **VOLNEY** – exatamente. **DENISE**–  
942 Porque, da forma que você colocou, estavam se manifestando de forma genérica. **VOLNEY** –  
943 Exatamente. Estiveram aqui, todas as dúvidas foram esclarecidas e o conselho percebeu que foi  
944 um crescimento e um aprendizado em relação aos outros empreendimentos de lá. **ROBERTA** – A  
945 minha sugestão e acho que é muito em cima da pergunta da Denise, Consolação, é resgatar essa  
946 ata que teve o conselho aqui, grifar esse debate e colocar dentro do processo. O que acontece,  
947 do ponto de vista do monitoramento, o que ela colocou e que de imediato nos pareceu que o  
948 conselho estava em dúvida ou estava resistente em dar o cumprimento. Depois fazemos essa  
949 diligência toda e o conselho já clareou. Acho que para o processo isso tem que está nos autos.

950 Para o processo, as observações do conselheiro foram pautadas na discussão. E dentro do  
951 processo de monitoramento dessa PCH, foi o que discutimos ontem, é preciso inclusive instruir  
952 processo, viu gente! Porque assim, essa instrução de processo, ela fica ali, porque a memória não  
953 pode ficar na plenária e nem na cabeça do conselheiro, e nem da equipe técnica que  
954 acompanhar, tem que está nos autos do processo, porque com o passar do tempo se vier alguma  
955 questão o que vale é o que está nos autos do processo. Aprovado? Nós temos que passar agora  
956 por conselheiro, parece que tem a aprovação por microfone. **ROBERTA** - com o relator.  
957 **HERMELLIS** – com o relator. **DENISE** – com o relator. **GEISIANE** – pela aprovação. **MILA** – com  
958 o relator. **ISABEL**: Aprovado. **ROBERTA** – gente acabou aí? Não votou não, Isabel, nós não  
959 ouvimos não. Você tem que falar seu nome. **MARIA GERALDA** – aprovado **VINICIUS** – pela  
960 aprovação. **RODRIGO** – pela aprovação. **ANA TEREZA** – pela aprovação. **SHIRLEY** – pela  
961 aprovação. **TEREZA** – com o relator **ROBERTA** – Só para clarear a discussão dele. Volney é  
962 relator. Só para clarear aos conselheiros e para Ana Tereza que está chegando agora, tem  
963 algumas matérias que dá o voto pelo microfone que precisa ser gravado. Principalmente processo  
964 de PCH, tem que ter o nome individual, por isso Isabel que estávamos insistindo no seu nome e  
965 na sua decisão. Porque isso tem que está gravado nos autos. Bom, nós estamos bem adiantados,  
966 com uma felicidade enorme, porque se os senhores concordarem, podemos avançar e terminar a  
967 plenária no primeiro horário para sermos bastante felizes no mês de dezembro. Não é uma  
968 alegria? Eu acho. Agora vamos passar para as comissões. Um ponto qual é mesmo? É tem um  
969 processo de Jequitáí, bom, que está dentro do processo de PCH, nós tivemos reunião com o  
970 empreendedor. Primeiro tivemos algumas manifestações que veio do MAB e dos atingidos numa  
971 audiência pública que ocorreu e, nessa audiência, foi em Montes Claros, me corrija Rosa se  
972 estiver errada. E teve uma serie de demandas que o MAB e os grupos que não estão no MAB de  
973 atingidos manifestaram em relação aos atingidos desse empreendimento de Unaí. Teve  
974 audiência, muita coisa foi esclarecida, mas ainda sim, mandaram documento de uma série, de  
975 uma lista de reivindicação de que questões que eram para ser atendidas não estavam sendo  
976 atendidas. Mandaram mais ou menos 41 demandas. Dessas demandas nós tiramos o que era  
977 afeta ao CEAS, porque também tinha da SUPRAM, eles colocaram tudo junto. Nós tivemos uma  
978 reunião, chamamos para reunião a Rural Minas que é o empreendedor dessa PCH e  
979 conversamos com a Rural Minas. Da Rural Minas veio um representante do Governo Federal que  
980 faz parte desse empreendimento, também; porque é a Rural Minas em parceria com a Codevasp  
981 pelo Governo Federal, porque é um empreendimento público, não é um empreendimento privado.  
982 Um representante da Codevasp esteve conosco clareando todas as situações que a gente  
983 entendeu que era do CEAS, e eles mandaram relatório comprovando e discutindo as questões  
984 todas que foram levantadas. Dessas 41, nós tiramos um conjunto - levanta um pouco aí, são seis  
985 (6) questões que são afetadas ao CEAS. É que é a concessão cinco hectares (5 ha) para  
986 reassentamento, sem direito de escolha, isso é o que os atingidos estão colocando. A falta de  
987 informação sobre onde eles serão reassentados, o reassentamento ocorrido em áreas não  
988 produtivas, a empresa não dará água, luz e casa. Isso é o que eles colocaram. Não estou  
989 enxergando. Leia aí para mim! **CONSOLAÇÃO** - questionamento sobre direito das famílias  
990 atingidas e dos sem terra em serem reassentados no perímetro irrigado. O tempo de concessão  
991 de 6 meses de salario mínimo não atende na totalidade considerando que qualquer cultura  
992 demora pelo menos um ano para começar a produzir. **ROBERTA** - em função dessas questões.  
993 Relatório. Em função dessas questões que conseguimos abstrair das 48 que eles tinham  
994 elencados, fizemos uma reunião com a Rural Minas e mandaram esse relatório para nós. A  
995 equipe técnica leu toda a documentação que veio da Rural Minas, e chegou à conclusão que está  
996 tendo divergência entre o que está levantado pelos atingidos e o que o empreendedor está  
997 comprovando que fez. E a sugestão nossa para desempatar e para que esse colegiado fique mais  
998 tranquilo é porque isso veio como forma de denúncia, não é um processo que estamos votando. A  
999 sugestão nossa é que se crie um grupo de dois conselheiros e mais equipe técnica para visita in

1000 loco para certificar as questões aqui. Só relembrando questões que foram levantadas na  
1001 audiência pública e foi demandado nessa audiência pública, inclusive para a SUPRAM na área  
1002 ambiental e foi mandado para o CEAS pelos atingidos cobrando essas questões. Então, a nossa  
1003 sugestão, tivemos a primeira experiência que foi com o empreendedor e, a nossa sugestão é para  
1004 dizer que está acontecendo isso e os atingidos levantaram essas questões. Na reunião eles  
1005 explicaram item por item. Estava a Paula que estava representando a Consolação porque estava  
1006 de férias. A Rosa estava. E essa reunião foi no meu Gabinete. Para compreender o que estava  
1007 acontecendo. E logo em seguida, eles mandaram as evidências do que foi tratado. Essa reunião é  
1008 para encaminhamento de busca de informação para esclarecer essa denúncia. Tudo que está dito  
1009 e vocês colocaram eles precisam ser oficiados. Até porque não foram oficiados, foi oficiado ao  
1010 CEAS. Eles mandaram para os CEAS, isso oficial. Foi lido pela equipe técnica e a sugestão nossa  
1011 é que saia uma sugestão daqui criando esse grupo para acompanhar. Isso muito pautado porque  
1012 estamos transformando isto numa questão de criar uma resolução para criar um grupo que  
1013 acompanha mais de perto, para além do acompanhamento normal que se faz disso. Porque? Se a  
1014 gente não atinar no início dessas questões que estão sendo levantadas, elas vão se desencadear  
1015 como Candonga, vão virar uma bola de neve, uma confusão, porque o que a gente aprendeu de  
1016 informação. É que nós já temos. É que quando eles falam que não foi aceito naquele item,  
1017 famílias que não foram assentadas, é porque tem um grupo do MST que já tomaram o espaço e  
1018 eles querem entrar como atingidos pelo empreendimento e eles agora querem ser tratados como  
1019 atingidos e estão levantando isso pelo MAB. O MAB está levantando essa questão para serem  
1020 tratados como atingidos. Os atingidos colocaram a questão e o empreendedor colocou sua  
1021 defesa. E qual a proposição que estamos fazendo aqui, sem nenhuma decisão a ser tomada. É  
1022 que precisa de visita in loco. Para chegar lá e ver de fato o que está acontecendo. E para isso a  
1023 gente está pedindo para criar essa comissão com os dois conselheiros e uma pessoa. Estou  
1024 sugerindo dois. Mas nada impede que vocês alterem esse número. E alguém da equipe técnica  
1025 para acompanhar e fazer o relatório definitivo e fazer os encaminhamentos. Se a denúncia  
1026 proceder, então vai ter um monitoramento mais afincado nesse empreendimento. Se essa denúncia  
1027 não proceder temos que dar uma resposta definitiva para o MAB e os atingidos do que o CEAS  
1028 está se posicionando frente a isso. Mas para que dê condições melhores a esse colegiado decidir,  
1029 a gente está sentindo a necessidade de ir in loco. Não tem condições de ser este ano e, vai ser  
1030 uma demanda para o ano que vem, ok? A proposição nossa é essa de deixar, nós estamos  
1031 propondo dois conselheiros se a plenária entender que é mais ou menos, fiquem à vontade. Em  
1032 discussão. Aprovada? **VINICIUS** – eu queria sugerir que sejam três conselheiros, porque acho  
1033 que o terceiro. A terceira opinião é sempre importante no processo. Fica a sugestão aumentar  
1034 para três. **ROBERTA** – a minha sugestão é que faça 4 porque se privamos a paridade, entendeu?  
1035 Aí é ruim a gente fazer o número ímpar e você não ter paridade. Nós pensamos dois que é da  
1036 sociedade civil e do governo. Então, vamos para 4 porque são dois do governo e dois da  
1037 sociedade civil. Ok? Ah, não, gente! Isso é detalhe. Pelo amor de Deus! Tenha santa paciência.  
1038 Gente, por favor, não vamos votar aqui questão de logística de carro. Agora só podemos votar  
1039 aqui número de conselheiros, aquilo que couber na caminhonete. Caso contrário, vamos ter que  
1040 comprar um ônibus para tomar essas decisões. Vamos comprar um micro-ônibus que ficamos  
1041 melhor. Isso não é discussão nesse conselho. A forma como vai. O grupo de Candonga foi um  
1042 grupo maior. Fomos 4 pessoas para lá. Sim, pelo amor de Deus. Não é discussão pelo conselho.  
1043 Arruma outra condição de ir. Pelo amor de Deus! Ok, então podemos 4 pessoas? 4 conselheiros e  
1044 um técnico. E a gente garante a paridade. Dois do governo e dois da sociedade civil. Ok? Então,  
1045 sugiro que sai a resolução daqui com essa comissão que vai analisar porque esse  
1046 empreendimento é de um vulto significativo. É um empreendimento público e ele requer de fato  
1047 um monitoramento de uma forma mais específica do que a que a gente vem fazendo  
1048 normalmente, quando é apuração de denúncia que não seja de empreendimento. Sugestão, a  
1049 gente vota os nomes agora ou deixa para o ano que vem? Existe recomposição do governo e aí

1050 poderia deixar o nome para o ano que vem. E só lembrando também e volto chamar à atenção da  
1051 secretária executiva e do futuro presidente, isso tem que ser colocado como ponto de pauta para  
1052 não perder. Um dos grandes problemas nosso é que perdemos o “timer” da coisa e vai ficar um  
1053 mês, dois meses, três meses, ok? Aproveitando esse ponto de pauta, primeiro, aprovado a  
1054 resolução? Encaminhamento gente? Eu só queria chamar a atenção para inclusão nos informes,  
1055 do ponto de vista de inclusão de pauta, só para darmos uma resposta é do que nós deliberamos  
1056 na plenária anterior e que até agora não conseguimos produzir. Na plenária anterior, se vocês  
1057 lembram, a gente trouxe o Marcelo de BH para discutirmos conosco a recomendação 05 e 06. E  
1058 teve uma série de desdobramentos, estou entendendo que foi muito legal porque foi para o  
1059 Conselho da Mulher, da criança; e o Conselho da Mulher convocou o CEAS para uma coletiva. E  
1060 a resposta minha é que o conselho não convoca o outro, o máximo que ele faz é convidar pelo  
1061 telefone, dar uma mobilizada. Nós entendemos que não deveríamos participar porque o que  
1062 discutíamos na plenária nossa é que faríamos um manifesto do CEAS em relação a essa matéria;  
1063 o que não impediria, obviamente, o CEAS participar de outros manifestos, mas desde que  
1064 discutido e acordado na plenária, caso contrário, são iniciativas isoladas. O CEAS não fez essa  
1065 definição. Em relação à essa matéria, decidimos que faríamos um manifesto e que um grupo  
1066 escreveria esse manifesto e, sugerimos, inclusive, que fizéssemos à luz do manifesto da Mulher.  
1067 Qualquer outra manifestação de encaminhamento deveria ser, no mínimo, discutida ou com a  
1068 mesa diretora ou com esse colegiado. E, é de certa forma, a gente respeita as decisões  
1069 deliberadas pelo Conselho. Isto posto, um conselho convoca a gente para uma reunião, e o pior,  
1070 lá nem a presidente apareceu e você fica sem entender que tipo de mobilização é essa. Para essa  
1071 entrevista, não sei nem o que deu lá. Teve um outro desdobramento que foi do Governo Federal.  
1072 Teve porque a denúncia dessa resolução 05 e 06 esteve no Governo. Essa recomendação 05 e  
1073 06 esteve também como denúncia em Brasília. Inclusive, eu fui uma das pessoas acionadas, por  
1074 isso trouxe para a discussão da plenária. E o governo federal esteve aqui dia 03, e a Tereza foi  
1075 representando o CEAS. Porque o governo federal, nós informamos ao Governo Federal, do ponto  
1076 de vista do CEAS, o que tinha acontecido. Nós levamos isso para a plenária e saiu um manifesto  
1077 de lá e a Tereza foi com essa incumbência de dar essa informação. O Conselho da Criança e do  
1078 Adolescente estava produzindo seu manifesto e o Conselho da Mulher também. E a ideia era que  
1079 esses manifestos todos chegassem de forma isolada ou de forma conjunta, porque isso não  
1080 precisa ser engessado porque é um processo de manifesto de várias matérias para dizer que não  
1081 estamos de acordo. Necessariamente não tinha que ser casado. Cada órgão tem a liberdade de  
1082 enviar da forma que delibera. E ficou deliberado que lá vai ser juntado todos os manifestos para  
1083 mandar à justiça no Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos para que isso  
1084 tenha respaldo no MP. Entendendo que os vários órgãos envolvidos nessa discussão estão  
1085 dizendo não à essa recomendação e, dizendo a forma como essa recomendação foi colocada,  
1086 acionando a Saúde diretamente nas maternidades e, isso teve um outro resultado do qual nós não  
1087 concordamos. Então essa era a ideia da discussão de todos os Conselhos. Nada mais, nada  
1088 menos, não tinha nada sofisticado, de técnico. Nós estamos terminando, talvez segunda ou terça-  
1089 feira esse manifesto esteja pronto. Porque a ideia do manifesto era coisa simples, não era nada  
1090 sofisticado, nada técnico, elaborado, produzido à luz de nada sofisticado. Era dizer que este  
1091 conselho se manifestava contrários às deliberações, pura e simplesmente para fazer efeito. E a  
1092 gente está terminando hoje a produção, porque a Isabela mandou para o grupo que foi construído.  
1093 Teve todo um processo de alteração no documento e espero que terça-feira a gente envie no e-  
1094 mail dos senhores. E pedi para resgatar a lista para quem temos que enviar, todo pronto e  
1095 imediatamente, porque senão, infelizmente, nós cometemos esses erros, a gente quer chegar no  
1096 ótimo, e quando chegamos a manifestar já perdeu o efeito. Porque fica na delonga e fala, filha já  
1097 passou. Porque manifestação tem que ser no bojo do que está acontecendo, em confusão. Então,  
1098 assim, quero colocar para os senhores que terça-feira estará no e-mail dos senhores esse  
1099 manifesto. E, também, com todos os endereços que a gente já citou e comprometeu de mandar. E

1100 dizendo isso que a gente vai compor com esse manifesto a documentação de Brasília que vai ter  
1101 a resposta acionando de imediato o MP daqui para reverter ou quando muito compor e dizer que  
1102 está ruim e dizer que não está gostando, essa é a ideia do manifesto. Então, de terça para quarta  
1103 estará na mão de vocês. **SHIRLEY** – eu queria um bate papo rapidinho. **ROBERTA** – é desse  
1104 assunto? Então, deixe-me fechar esse assunto e passo para você. Terça ou quarta-feira estará no  
1105 e-mail de vocês. Bem como saindo para os. Ok? **RENATA** –na segunda-feira as 13:30 terá uma  
1106 audiência pública sobre essas recomendações. Já está confirmada. É na segunda-feira dia 15.  
1107 Isso mesmo, segunda dia 15, vou circular, enviei para o e-mail do CEAS e eu reenvio. 13:30.  
1108 **ROBERTA** – eu sugiro, consolação, que mande para todos os conselheiros da SEDESE.  
1109 Obviamente, nós temos que organizar para estar presente porque isso é um assunto que afeta,  
1110 inclusive, a discussão de regionalização de tudo, de acolhimento, então não tem como ficar por  
1111 fora. E acho que os conselheiros que puderem participar não deixem de participar. Então, vai ter a  
1112 audiência pública, ela está informando e é importante estar na audiência pública discutindo. Sem  
1113 muita formalidade e representação do CEAS. É só para dizer e inclusive acompanhar, se for  
1114 necessário, não sei. Se, de repente, os conselheiros entenderem da necessidade da  
1115 representação oficial do CEAS nesta audiência pública, é importante que a gente discuta aqui, até  
1116 para manifestação do conselheiro enquanto CEAS. Estamos com probleminha muito pequeno,  
1117 das pessoas irem enquanto movimento e chega lá e põe CEAS. Então, assim representar o CEAS  
1118 é aqui, que delibera a plenária, fora disso não tem ninguém que tem autonomia para representar o  
1119 colegiado. Você pode ir representando o seu colegiado. Agora para representar o CEAS e assinar  
1120 na frente CEAS é com deliberação, com esse colegiado. Caso contrário, ninguém tem essa  
1121 prerrogativa. Se alguém quiser ir pelo CEAS e, inclusive, officiar, a gente pode até organizar aqui e  
1122 dizer, o CEAS está presente, e lá fale como CEAS. E eu quero chamar a atenção disso, falar  
1123 enquanto CEAS tem que ser falar com a discussão desse colegiado, caso contrário, não está  
1124 autorizado. **ISABELA** – queria falar que acho importante uma representação oficial do CEAS lá.  
1125 Não posso me candidatar porque estarei em reunião regionalizada da CIB que acontecerá ao  
1126 mesmo tempo. Mas eu acho importante que a gente, o grupo, a comissão técnica que está  
1127 discutindo regionalização, eu acho importante se os conselheiros puderem está lá presente.  
1128 **ROBERTA** – tem algum? Sei que o Volney vai pela entidade. A gente pode definir se algum  
1129 conselheiro. Pela sua entidade? Você? Então, podemos, o Volney estará lá representando o  
1130 CEAS. Então o Hermelis vai. O Volney e o Hermelis, dois conselheiros representando o CEAS.  
1131 Estou fazendo isso porque tem esse pequeno problema, confunde representação, só para clarear  
1132 para não ter nenhum desgaste e não ter ninguém falando que não foi discutido e deliberado.  
1133 **DENISE** – só para esclarecer. Em dois momentos que nós estivemos, até eu e o Volney tivemos  
1134 e, no momento da apresentação nós nos apresentamos pela nossa entidade. Como estávamos  
1135 em um lugar que tinha vários outros Conselhos a gente se identificou como conselheiro estadual,  
1136 mas deixamos claro, como conselheiro, que não estávamos lá representando o CEAS. Mas nos  
1137 apresentamos também como conselheiros estaduais no Conselho da Mulher. **ROBERTA** - ok!  
1138 Shirley, por favor. **SHIRLEY** – mas porque eu conferir a pauta e não vi e, queria tirar essa dúvida  
1139 com relação ao seminário que terá no dia seguinte que a Isabela disse. Que é o seminário...  
1140 **ROBERTA** – nós falamos e você não tinha chegado. **SHIRLEY** – Ah, tá. Estava na pauta e não  
1141 ouvi. **ROBERTA** – informe da CIB, a gente já informou do seminário. Você quer inscrição.  
1142 **SHIRLEY** – eu já me inscrevi para representação do CEAS. Alguém já está? Como é que está  
1143 isso? **ROBERTA** – Eu estou indo como gestora. Essa lembrança dela é importante. Nós vamos  
1144 discutir a regionalização e de fato nós mandamos o convite para cá. Mandamos o convite oficial  
1145 para o CEAS. E a Shirley toca em um assunto importante também. Como será a representação do  
1146 CEAS nesse debate da regionalização. É, na mesa de abertura e obviamente na plenária para  
1147 qualquer manifestação, entender que é importante no sentido dessa discussão. **SHIRLEY**- como  
1148 estou participando do GT/ CEDCA gostaria de me candidatar, se mais alguém quiser ir.  
1149 **ROBERTA** – então, você, eu falo, inclusive, na mesa de abertura. Eu vou estar na mesa de

1150 abertura, como vou ter que estar na mesa de abertura... Mas não tem problema não, Shirley, a  
1151 gente pode chamar você representando o CEAS. **SHIRLEY** - Pode ser você representante e eu  
1152 fico na plenária, se precisar. **ROBERTA** – mas é porque eu vou está como gestora e vou conduzir  
1153 o seminário todo. Acho que é importante. Mas, aí o Vice-presidente estará lá. Está certo. É, então,  
1154 está aí, para composição da mesa tem que ser o Vice-Presidente. Tem que lembrar disso viu,  
1155 filha? Se não passa essas coisas. **DENISE**– até aproveitar e tirar uma dúvida, os municípios que  
1156 vão compor a câmara serão indicados pela Câmara? **ROBERTA** – já foram. O que não impede de  
1157 vocês participarem não viu? Eu acho que é uma discussão. Estamos tentando uma sala.  
1158 **ISABELA** – duas coisas separadas. A comissão técnica vai se reunir no dia 15. **ROBERTA** – está  
1159 vendo? **ISABELA** – porque vai ter a reunião técnica antes do seminário. No dia 16 vai ter o debate  
1160 e vai ter a reunião da CIB com pré fechamento do exercício. Se você quiser participar. **ROBERTA**  
1161 – na CIB vai ser no (FALAS AO FUNDO). E mesmo esse grupo, essa comissão técnica acredito  
1162 que eles... É a primeira reunião, vão ter acesso ao calendário, vão ter acesso ao documento.  
1163 Porque o documento já foi enviado para todos os membros. Então, eles vão ter acesso e alguns  
1164 indicativos que queriam apresentar na CIB. **ISABELA** – a gente propôs a reunião da comissão  
1165 técnica ainda em 2014 pela questão da transição. E para gente, a equipe que participou da  
1166 transição, participar do processo e até para, no momento da transição, não haver nenhuma perda  
1167 das coisas que já foram implantadas. **DENISE** – eu acho importante o CEAS acompanhar a  
1168 Câmara técnica, até porque depois virá para cá e estamos mais próximas. Não é uma discussão  
1169 fácil, simples. Então, até se a gente tiver no processo e quando vier para cá. **ROBERTA** – Eu  
1170 acho que a Denise é isso é legal. Como vai ser aqui? Como vai ser aqui? Quem vier para o  
1171 seminário? O conselheiro que vier para seminário, que não for na audiência pública, porque está  
1172 difícil! E aí se divide nessa discussão, um outro grupo aqui e um na audiência pública. Agora com  
1173 certeza. Isso que a Isabela falou, a discussão, a preocupação nossa é que de tecnicamente isso  
1174 seja repassado. Esse conteúdo, essa reformulação seja repassada pela equipe técnica. Claro,  
1175 quando passar para o ano que vem, do ponto de vista de parte do governo do Estado, vai mudar a  
1176 equipe técnica, a gente vai trazer também, equipe técnica da SEDESE que vai participar desse  
1177 debate. Servidor efetivo. Para ter a memória dessa discussão, para essa coisa não se esvair no.  
1178 Ok? **VINICIUS** - Eu queria só fazer uma pergunta. Nessas discussões estão sendo contempladas  
1179 as questões das deliberações da conferência? Está sendo debatido, nesse processo? Nesse  
1180 seminário vai ser tocado esse assunto? **ROBERTA** – não vou tocar em assunto de deliberação da  
1181 Conferência. Veja bem, a lógica que nós seguimos à luz. Dentro da NOB e da Lei do SUAS,  
1182 define claramente do gestor, do ponto de vista de serviço regionalizado. O que nós fizemos foi um  
1183 documento técnico normativo, com uma proposta da regionalização à luz do que manda a lei na  
1184 competência do Estado. Obviamente, nós nem consultamos a deliberação de conferência.  
1185 Obviamente, essa é uma prerrogativa desse Conselho para saber o que nós estamos fazendo  
1186 está lá mesmo. E coisa... Eu não preciso ir lá para consultar, porque se tiver diferente Vinicius,  
1187 vou dizer para você o seguinte: apaga toda essa gestão. Agora aqui, sim, tem que acompanhar se  
1188 o que estamos fazendo está à luz da deliberação. Aqui dentro tem que acompanhar, não o gestor.  
1189 Não tenho dúvidas, me parece que já foi levantada essa questão aqui, numa primeira discussão e  
1190 parece que foi contemplado. Disseram-me. Foi até a Consolação quem me disse. E eu disse,  
1191 Consolação, só me faltava eu não dá conta de construir um documento que não fosse  
1192 minimamente o ensejo daquilo que estamos implantando no SUAS. Quero dizer com isso que sua  
1193 colocação não é para o gestor, é para esse colegiado, é para esse colegiado acompanhar. Por  
1194 isso que a Denise fala, na hora que a gente tiver, vocês estiverem acompanhando tecnicamente  
1195 essa discussão... veja bem, isso é uma proposta e virá para cá. E ao vir para cá, e aí de fato você  
1196 tem razão, a comissão de política tem que estar afinadíssima. Vamos ver se o que eles  
1197 construíram, o que o gestor construiu está à luz da conferência? E se não tiver é momento do  
1198 conselho dizer: nós só aprovamos com essa e essa coisa. Então, aqui tem que estar atento a isso.  
1199 Por isso que é importante participar dessa construção. E o que estamos entendendo é que

1200 teremos o CEAS no seminário, o Volney representando na Vice-Presidência. Como estarei no  
1201 seminário na condução como gestora, só para gente não misturar os papéis. E a Denise está  
1202 sugerindo que na comissão técnica esteja presente os conselheiros. Sugiro que a equipe técnica,  
1203 viu Consolação, a equipe técnica do CEAS esteja presente, porque precisam estar presente e  
1204 apropriar o conteúdo técnico para subsidiar o conselheiro, porque se não fica falando uma  
1205 bobagem de cá e a coisa está andando para o lado de lá. Se não capacitar não tem jeito, senão,  
1206 acha que por osmose fica sabendo o que está sendo feito? E fica fazendo o papel de  
1207 questionamento, de coisa que nem está sabendo o que está falando. É importante que a equipe  
1208 técnica do CEAS esteja lá para poder entender, pegue o documento e leia, porque a Denise falou  
1209 muito bem. É muito complexo, e achar que por osmose vai entender o negócio, porque os  
1210 conselheiros, eu até acho que conselheiro não tem que entender, principalmente, conselheiro que  
1211 não é gestor. Não tem que entender afimco disso não. Tem que entender pelo menos a lógica e  
1212 processo para poder no momento em que vier para cá, aquilo que foi deliberado na conferência,  
1213 quero ver como está nesse negócio aí, esse é o papel do conselho. Agora a equipe técnica do  
1214 conselho tem que conhecer tecnicamente e, caso contrário, na hora de subsidiar vocês na  
1215 comissão de vocês vai ficar ruim, vai ficar um gargalo. Está subsidiando em cima de coisa que  
1216 nem está sabendo. E tem a equipe que vai participar do dia 15 e da audiência pública, como traz  
1217 a conselheira, a informação da audiência pública. Portanto, acho que fechamos o ano nessa  
1218 discussão da proteção básica com um processo bastante rico, porque o nosso grande desafio no  
1219 SUAS é a proteção especial para além do controle social, que é um processo... Mas a proteção  
1220 especial, a oferta dela, é algo que estamos aquém. Nós estamos aquém na oferta no município,  
1221 estamos aquém na oferta regionalizada. E estava conversando com alguém sobre esse debate,  
1222 alguém que me fez uma pergunta, que ela está me incomodando. E essa noite, de madrugada  
1223 estava pensando nisso aqui: “merda porque fui conversar com essa pessoa”? E ele me pergunta  
1224 assim: “a quem essa regionalização está respondendo?” Eu disse, não sei não, senhor. Então,  
1225 essa pergunta está me martelando, porque eu acho que na discussão de seminário nós vamos ter  
1226 que dar conta de pensar alguma coisa nisso. A quem está respondendo essa regionalização?  
1227 Vocês entenderam? É uma indução de quê? Então, essa discussão, sob pena de não fazermos  
1228 bobagem, porque a regionalização do SUAS é algo que fizemos o primeiro desenho e foi um  
1229 fracasso total. O primeiro desenho de regionalização foi um fracasso total. Agora estamos  
1230 aprofundando para um possível segundo desenho, segunda proposta. Então, assim o que eu  
1231 chamo à atenção, é de fato conhecer mesmo tecnicamente, discutir, ver mesmo quais são as  
1232 fragilidades e, inclusive, a fragilidades jurídicas nessa questão. Temos um monte de insegurança  
1233 jurídicas nisso aí. Porque todo mundo enche a boca para falar consórcio e ninguém sabe o que é  
1234 consórcio, e a dificuldade dos desafios jurídicos que estão atrás disso? Então, é por isso que  
1235 estou chamando a atenção e pedindo a equipe técnica do conselho para participar dessa  
1236 discussão. Porque se nós que somos gestores, que estamos na ponta estamos com muita  
1237 dificuldade de entender isso, então imagina? E aí para o conselho, acho que precisa mesmo  
1238 aprofundar. Mas a intenção nossa é fechar com chave de ouro e fechar esse início de bate bola  
1239 aí. E como eu falei no início, Shirley, você não estava aí, nós estamos com mais de 470  
1240 inscrições. E tive que mudar o local, antes era no BDMG, tive que passar agora para o auditório  
1241 da UFMG, tamanha as inscrições e foi com muita satisfação que mudamos. E quando notamos  
1242 que a coisa começou a pegar fogo, a gente falou não dá. **DENISE** – Confesso para você que  
1243 quando eu vi a data e disse, Roberta está doida, 16 de dezembro, imaginei. Observei a questão  
1244 do tema. Debaixo de chuva, porque vai estar debaixo de chuva ainda, e em dois dias. **ROBERTA**  
1245 – É, então acho que essa análise que a Denise está falando serve, inclusive, para a gente refletir,  
1246 qual é a sede que está todo mundo nisso. É o desafio, que é disso mesmo. E essa questão, o que  
1247 nós queremos com essa regionalização, porque de fato no SUAS, a quem vamos ter que  
1248 responder com isso aí? Eu participei nessa semana de um seminário, me parece que é o segundo  
1249 ou terceiro, já não me lembro mais, lá no Governo Federal do MDS, teve uma discussão da

1250 questão jurídica do SUAS – “O SUAS e o ordenamento jurídico”, que papel o SUAS está  
1251 apostado. A discussão foi muito boa e aí, assim você fica vendo o distanciamento da área jurídica  
1252 e da prática, principalmente nos municípios. No Estado tem um distanciamento maior. No Governo  
1253 Federal você tem uma proximidade do ponto de vista do discurso, da compreensão de que o  
1254 SUAS tem um respaldo legal e a compreensão dele. Mas ainda na prática, no município, estamos  
1255 muito longe de termos essa segurança na hora de afiançar as provisões para o usuário, ainda é  
1256 colocada muito a questão da legalidade. Foi mostrado lá, a gente avançou muito no que diz  
1257 respeito às normativas, e normativas de todos os aspectos, consideradas marco legal das  
1258 resoluções, seja de comissão, seja do CEAS, as leis que a gente fez, as normativas de Tipificação  
1259 e tudo, mas ainda assim, na hora da efetivação da provisão, você tem um lado jurídico, um lado  
1260 conflituoso que diz que ainda não é possível. Haja vista quando a gente faz um monitoramento  
1261 nas contas do fundo municipal, você encontra 32 milhões por causa da dificuldade de gastar, a  
1262 dificuldade de fazer um convênio, uma licitação, a dificuldade de entender a concessão para o  
1263 usuário porque uma hora vai muito para a questão legal, outra hora, não tem a capacidade de ter  
1264 discernimento de ultrapassar a questão legal, então, isso foi debatido lá. Comissão de política.  
1265 **SHIRLEY** – Nós temos, na verdade, mais de um ponto de pauta. Vou falar o primeiro, depois eu  
1266 comento o segundo. Primeiro ponto de pauta, tem uma denúncia do município de Biquinhas, porte  
1267 1, falta de acessibilidade e infraestrutura inadequada, pois funciona junto com a Secretaria de  
1268 Assistência Social e não tem psicólogo. Há deficiência nos serviços prestados pelos técnicos, pois  
1269 o atendimento na sala da coordenadora, pedagoga faz atendimento pedagógico e há distribuição  
1270 de alimentos, cesta básica, leite e biscoito, contrariando a legislação do SUAS. Em 29/09/14,  
1271 através do ofício 210/2014 do CEAS foi solicitado à SEDESE apuração da denúncia, que chegou  
1272 por e-mail, respondeu por meio do ofício 458/14, 22/10/14, comprovando as seguintes  
1273 irregularidades: o CRAS funciona junto com outra secretaria e outro órgão, há falta de  
1274 acessibilidade e coordenador executa outras funções, pediram planos de providência e prazo para  
1275 serem implementadas. Uma coordenadora para compor equipe de referência exclusiva, um prazo  
1276 de 2015, e um técnico de nível médio para compor a equipe de referência, até 2015. Espaço  
1277 exclusivo para o CRAS, compartilhado com a secretaria até 10/11/14, e espaço exclusivo para o  
1278 CRAS até com outro órgão até 10/01/15, e acessibilidade no local até 31/12/2016. Em 05/11/14, o  
1279 CEAS enviou ao conselho municipal de Biquinhas, ofício 229 informando denúncias e  
1280 irregularidades para providencias e solicitou informações de outros pontos não esclarecidos como  
1281 distribuição de alimentos e as ações executadas no CRAS. Além de orientar ao conselho sobre o  
1282 papel para exercer o controle social. Em 11/11/14, o Conselho Municipal de Biquinhas respondeu  
1283 ao conselho estadual, através do ofício 3/2014 que a secretaria divide o prédio com o serviço de  
1284 epidemiologia e cada órgão tem atendimento individual e que os órgãos compartilham o cômodo  
1285 usado para oficina, recepção, cozinha e almoxarifado. Faço uma pequena observação porque foi  
1286 colocado assim, mas o documento dá dupla interpretação, diz apenas que a sala da oficina é  
1287 compartilhada. Então, não temos certeza se apenas é compartilhada com os serviços do CRAS ou  
1288 se é compartilhada afinidades diferentes. Então isso gerou dúvida. E informa que as ações de  
1289 assistência social são feitas pela secretaria, não esclarece o que realmente o CRAS executa e o  
1290 que é executado pela Secretaria de Assistência Social ou se há execução de alimentos por estes  
1291 órgãos. Acrescenta que o conselho apenas fiscaliza a situação do candidato, se ele se enquadra  
1292 nas condições legais, mas que tem dificuldade no entendimento do controle social que o conselho  
1293 deveria exercer. Então, a gente consegue entender que há muita coisa misturada. Na discussão  
1294 tem três pontos, esqueci. Vou citar o terceiro aqui. O primeiro seria enviar ofício à denunciante  
1295 referente à instauração de processo de apuração através da SEDESE e os resultados obtidos até  
1296 o momento, inclusive, o plano de providencia. Inclusive, ela mandou outro ofício perguntando  
1297 sobre os resultados. Então, vamos responder para ela agora. O segundo seria enviar novo ofício  
1298 ao Conselho Municipal de Biquinhas, sobre as duvidas deixadas no ofício n. 03/14, e esclarecer  
1299 qual o papel do conselho no exercício do controle social ao executar a ação de verificar a situação

1300 do usuário para ver se tem o direito ao benefício. Esse exercício está executando o papel do  
1301 CRAS. O ofício deve esclarecer, diferenciando o papel do controle social do papel de execução da  
1302 política de assistência social. E, como complemento, aqui foi o terceiro, inclusive, essa dúvida da  
1303 sala compartilhada, esclarecer essa questão de compartilhamento. E orientar o conselho sobre as  
1304 orientações técnicas que tratam do espaço físico do CRAS, informar que existe, para que ele  
1305 possa exercer a sua função de fiscalização de acordo com as normativas do MDS. Então, foram  
1306 esses os três encaminhamentos. **ROBERTA** – em discussão. **DENISE** - lá fala claramente  
1307 candidatos a benefícios. Talvez não tenha ficado claro. Lá fala em benefícios, se os candidatos  
1308 aos benefícios tem perfil para receber os benefícios. Ele está olhando e fazendo um serviço que é  
1309 do técnico. Ele próprio colocou isso no documento. **ROBERTA** – Em discussão aprovado o  
1310 encaminhamento da discussão de política. **SHIRLEY** – bom, o segundo encaminhamento é de  
1311 gestão. Infelizmente, devido à apresentação da prestação de contas não teve tempo hábil, não  
1312 teve quórum para discussão. Então, o relatório não foi feito. **ROBERTA** – só queria lembrar à  
1313 comissão de política que o relatório não tem que vir para ser aprovado em plenário, não. Ok? O  
1314 relatório de gestão tem que cumprir e enviar para cá. Agora, vocês não tem que enviar para cá  
1315 não. Aqui está como encaminhamento para plenária para deliberação. Vocês não têm que aprovar  
1316 ou não o Relatório de Gestão. O máximo que vocês vão fazer é ver questões que foram  
1317 apontadas e cumpridas ou não, e trazer para o acompanhamento daquelas ações que vocês  
1318 entenderam que não. Ele não pode ser colocado na pauta para aprovação. Isso não é objeto de  
1319 aprovação. Da aprovação de cumprimento do que foi proposto é as prestações de contas  
1320 trimestrais. Agora, relatório de gestão, inclusive, é para cumprir mais um requisito legal que tem lá,  
1321 no final do ano. **SHIRLEY** – então, fechou a apresentação da comissão de política. **ROBERTA** –  
1322 comissão de normas. **RODRIGO** – Ponto 1 da comissão de normas, é a denúncia do funcionário  
1323 de Santos Dumont. Ele denunciou ao CEAS o caso do coordenador do CREAS local, e a  
1324 presidente do CMAS que está com três processos de crime, crime contra a fé, falsificação de  
1325 documento público e já está cumprindo pena de 5 anos, de um desses. E questiona ao CEAS se a  
1326 pessoa com esses processos pode ocupar os referidos cargos. E o encaminhamento realizado na  
1327 plenária 195 ordinária, ocorrida em 24/10/2014, foi, naquela plenária, solicitar à assessoria jurídica  
1328 da SEDESE um parecer sobre o assunto e tivemos o retorno agora dia 19/11/14. Esse parecer por  
1329 meio de ofício 05/14. E a gente encontrou no dia de ontem e traz à essa plenária o  
1330 encaminhamento de devolver esse parecer jurídico da SEDESE ao denunciante, uma vez que tem  
1331 informações que podem elucidar e se procede ou não essa denuncia. Esse é o entendimento da  
1332 comissão. Então, aberta para questionamento. **ROBERTA** – eu queria fazer um questionamento.  
1333 O CEAS tem que ter uma posição, não pode só mandar o parecer jurídico. O parecer jurídico  
1334 subsidia a decisão do CEAS. Entendeu? Então, o CEAS tem que mandar para o denunciante qual  
1335 é a posição do CEAS. O cara tem esse e esse processo, ele pode está ocupando o cargo. E aí  
1336 qual foi à decisão? Juridicamente precisamos estar informados. Vocês mandaram para a  
1337 SEDESE, a SEDESE mandou para o departamento jurídico. Agora, eu entendo que não é  
1338 encaminhar o parecer jurídico da SEDESE para o denunciante. Nós temos que ter uma posição  
1339 aqui. O parecer foi para subsidiar a decisão. Entendeu? Agora se o CEAS entende que ele pode e  
1340 não tem nada haver. A comissão tem que apresentar esse parecer. Qual o parecer da comissão?  
1341 **VOLNEY** – Rodrigo, acho muito importante, entendeu que você leia o parecer direito para que  
1342 vocês tenham a compreensão, porque no primeiro momento a gente questionou: O cara tem cinco  
1343 (5) processos e ocupando uma função pública. Então, acho importante que você leia qual é o  
1344 parecer jurídico. **ROBERTA** – volto a insistir no parecer. Porque é o seguinte, se foi buscado um  
1345 parecer jurídico, nós vamos ter que ter uma maturidade de juízo de valor. Então, vamos só para o  
1346 juízo de valor? Porque a resposta que temos que dar para quem denunciou, e aí é do ponto de  
1347 vista, pelo menos, se foi buscado, o jurídico. O jurídico diz o seguinte: Olha aqui do ponto de vista  
1348 jurídico. Até podemos ter nosso julgamento de valor. Ele é o que está perguntando se é legal,  
1349 então se é legal, temos que fazer o debate, é claro que não impede as manifestações de juízo de

1350 valor. O que não pode é o CEAS definir em cima de juízo de valor. Isso não! Porque se fosse  
1351 assim não precisava do parecer jurídico. **RODRIGO** – então vou ler o paragrafo que o jurídico  
1352 apresenta os motivos e... **ROBERTA** – lê só a consequência. Só parecer. **RODRIGO** – No  
1353 presente caso, o denunciado não recebeu pena privativa de liberdade, somente prestação de  
1354 serviço à comunidade, portanto não preencheu o artigo do código 92 do código penal, para uma  
1355 possível perda do seu cargo público. Esse caso diz respeito de uma ação civil pública que ainda  
1356 não transitou em julgado, assim concluímos que em razão dos processos citados pelo  
1357 denunciante não há razão para que o denunciado assuma cargos em funções públicas.  
1358 **ROBERTA** – em discussão gente! Continuo perguntando qual é a proposta da comissão.  
1359 **RODRIGO** - A proposta é cumprir aqui e acompanhar o parecer jurídico do nosso colega da  
1360 SEDESE. **VOLNEY**- ao final o parecer jurídico recomenda que o denunciante poderá encaminhar  
1361 ao MP. **RODRIGO** – por fim ressaltamos que o MP é o órgão competente para providências e  
1362 apuração dos fatos narrados. De tal modo, orientamos ao denunciante que envie ao órgão correto  
1363 para fazer a denúncia. **VOLNEY** – no meu entendimento, o correto a se fazer é o CEAS informar  
1364 isso ao denunciante, porque é uma denúncia anônima, caso ele queria, encaminha essa denúncia  
1365 ao MP, e ao órgão competente para apurar. **-RODRIGO** – só complementando o que o Volney  
1366 falou, ele pediu que preservasse a identidade uma vez que ele já está sendo perseguido no andar  
1367 que trabalha. Por isso denuncia anônima, por isso essa observação. **-ROBERTA** – então, em  
1368 discussão. A comissão está encaminhando para... deixe-me entender, dizendo, conforme o  
1369 parecer jurídico da assessoria foi averiguado que de fato nada impede. Esse fato não impede  
1370 que... a minha sugestão é que copie na íntegra esse parecer. Abre aspas e copie, não envie.  
1371 Porque acho que enviar é o CEAS que tem que responder. Está entendendo, Consolação? Abre  
1372 aspas e coloca na íntegra. A Consolação está preocupada... vou abrir um parêntese. Havia dito  
1373 que o relatório de gestão não era para aprovar e ela buscou na Lei que tem que aprovar. Então,  
1374 vocês tragam para aprovar na próxima plenária para não ter pendência, viu? Porque eu estava  
1375 entendendo que não seria de aprovação. Como diz ela, estava na Lei. Ano que vem vocês tragam  
1376 para cá com as deliberações para aprovar ou não e, no caso de não, as recomendações que o  
1377 conselho faz. Continuando a proposta da comissão, então é essa e o Volney está acrescentando  
1378 que, para além de dizer que nesse caso, o CEAS sugere, porque não é o jurídico, é isso para o  
1379 MP? é essa a decisão do colegiado? Gente, pega o microfone, por favor. **-VOLNEY** – acho que é  
1380 necessário mandar o parecer jurídico, sim, para o cara ter embasamento se ele quer ou não  
1381 encaminhar para o MP. **-ROBERTA** – sabe por que gente, a gente tem que tomar cuidado com o  
1382 que estamos fazendo. O que o cara está fazendo? Ele está pedindo uma consulta para ao CEAS  
1383 e a gente vai municiar o cara de documento, daquilo que buscou subsídio para debater aqui e,  
1384 fala que o filho, é como se estivéssemos com medo de darmos posição. Qual é o problema? Não  
1385 estamos discutindo aqui? A gente buscou subsídio para buscar informação e o jurídico foi muito  
1386 claro para dizer, se o cara não for condenado nesse aspecto. Enfim, isso é claro. E ele acrescenta  
1387 mais, ele fala, olha vocês podem até ver essa sugestão que eu estou dando. A gente pode ou não  
1388 acatar aqui. Nós estamos acatando a sugestão, mas é nós que temos que dá, não é o jurídico,  
1389 dizer: olha aqui, no item tal o jurídico está sugerindo para fazer. É o CEAS que tem que dá a  
1390 resposta a ele. Nós não podemos fazer isso não. Entendeu? Pega por favor. **SHIRLEY**- seria  
1391 delegar o poder do CEAS de se colocar e simplesmente referenciar. **ROBERTA** – não sei se é  
1392 delegar. Acho que seria mais o medo de se posicionar. Não é delegar, não. Entendeu? É medo de  
1393 posicionar. Estamos nos posicionando conforme. De fato, pegamos subsídio de lá porque não  
1394 conhecemos a matéria. Agora, aqui nós temos que ter uma posição do colegiado. Entendeu?  
1395 **DENISE** – inclusive, deixar claro na ata que este conselho... porque a manifestação pode ser  
1396 acatada não, a manifestação, pode ser seguida ou não, do jurídico. Este conselho tem uma  
1397 posição apontada pelo assessor jurídico tal e, em cima do parecer, é que vai subsidiar o retorno  
1398 do denunciante. É isso mesmo, buscar uma orientação de fora de uma matéria sobre a qual a  
1399 gente não tem competência técnica para dirimir sobre ela, não tem nenhum problema, mas a

1400 gente pode acatar ou não o parecer. Porque o parecer é de um assessor jurídico, porque se você  
1401 pedir outro pode ser que ele tenha outro posicionamento, o posicionamento desse assessor e  
1402 desse consultor. Esse CEAS tem concordância com este posicionamento e, se não der a gente  
1403 constrói o nosso posicionamento. **ROBERTA** – até porque o contrário acontece, o jurídico pode  
1404 dar uma posição que esse colegiado não concorde. Não concordamos e não vamos seguir. E isso  
1405 já aconteceu, do jurídico ter uma posição e a gente falar que do ponto de vista x não é por aí, ele  
1406 vai dá o ponto da legalidade, mas quem sabe o ponto da discussão aqui somos nós da matéria.  
1407 Falo da questão, da decisão política que esse colegiado tem que tomar. Nós já fizemos isso, a  
1408 gente da recomendação do jurídico já discordou e tomou outra decisão -**DENISE** – embora,  
1409 nesse caso, a gente não tem saída, porque não tem como tomar um posicionamento político  
1410 porque o trato é legal, da condição legal das pessoas estarem nesse lugar. Do ponto de vista  
1411 legal, se ainda está em transitado e julgado. **ROBERTA** – então, fica com essa resposta para o  
1412 denunciante e com esse cuidado de... sugerindo a ele que é a melhor coisa seria o  
1413 encaminhamento para o MP. Embora, e o que foi que o Rodrigo leu? Parece-me que a gente tem  
1414 que tomar cuidado com isso, me parece que seja preservado. Tem que tomar muita cautela, tomar  
1415 cuidado com isso, se não vamos expor o sujeito e ele está no papel dele, tentando fazer alguma  
1416 coisa e, já está dizendo que está perseguido. -**RODRIGO** e para concluir temos um informe dentro  
1417 da comissão de normas, que no dia de ontem nos encontramos com o Conselho Municipal de  
1418 Alfenas. Fizemos solicitação por correspondência eletrônica de uma reunião de orientação sobre  
1419 composição do conselho. Visita técnica dos conselheiros aqui e inscrição de entidades. A reunião  
1420 ocorreu e os nossos trabalhos, no dia de ontem, as orientações foram dadas. E, como  
1421 observação, a gente percebeu que tudo que foi falado pela manhã, da fragilidade do SUAS, eles  
1422 apresentaram para gente, uma composição de conselho que o governo assume a presidência e a  
1423 vice-presidência. A gente orientou que não deveria ser assim. **ROBERTA** – a comissão de apoio  
1424 estava junto? **RODRIGO** – não! E assim é o que foi passado a eles, foram as resoluções, as  
1425 normativas que temos aqui e tentamos dar a melhor orientação possível para que isso não ocorra  
1426 no município. E foi isso falado. **ROBERTA** – a minha sugestão é que não pode ser tratado assim,  
1427 viu Rodrigo. Tá ruim. Eles saem de lá, vem aqui, entendeu? pede uma pauta e não conseguimos  
1428 responder, para além disso? **RODRIGO**- bom, se levarmos em consideração que falta a comissão  
1429 de apoio. O pedido foi feito para normas, e a gente entendeu que daria conta. **ROBERTA** – mas  
1430 isso é matéria só para normas? Quer dizer, o cara veio aqui, o conselho municipal veio aqui,  
1431 pediu uma orientação só para normas. Você está colocando e a discussão é muito maior.  
1432 **RODRIGO** – sim, sim, **ROBERTA** – então, qual é o encaminhamento disso? Se não fica ruim para  
1433 gente, enquanto CEAS. Ele pede uma audiência aqui... Chamo atenção da equipe técnica, tem  
1434 que preparar uma resposta, se for conjunta com a comissão, até para respeitar a vinda da pessoa,  
1435 sim. Mas a comissão de apoio foi chamada? É isso que estou dizendo. **CONSOLAÇÃO**– quando  
1436 eles levantaram a pauta era uma questão dessa. Eu despachei e falaram assim: atenda no dia da  
1437 comissão e na comissão de normas. E eles levantaram outras questões, não houve naquele  
1438 momento a sensibilidade de chamar outra comissão naquele atendimento. **ROBERTA** – Eu sei, só  
1439 vou falar de novo, porque eu também erro. Quando você despacha e foi mandado para a  
1440 comissão de normas, ele fala o que acontece: “foi mandado, eu vou despachando”, o técnico é  
1441 para isso, a equipe técnica é para isso e, estou entendendo, quando você tem um conselho que  
1442 despenca, não sei de onde - para vir para cá até a comissão, inclusive, eu entendo que (a  
1443 comissão de ) normas seria talvez a ultima coisa, porque o cara vem buscar alguma coisa que  
1444 ultrapassa a questão da norma. A questão de normas só ela é muito mais fácil, manda para ele e  
1445 segue a cartilha. Normas é a coisa mais fácil que tem. “Estou com dificuldade de compor minha lei  
1446 que cria o conselho”, nós estamos mandando a lei para você. Agora, quando se despenca de lá  
1447 para cá e até isso para comissão, que a gente manda para poder atender. A própria comissão tem  
1448 que ter a sensibilidade, “espera, vamos chamar mais uma duas ou três comissões para ver o que  
1449 a gente pode te ajudar”. O cara vem do ponto de vista da assessoria a resposta, você está

1450 entendendo Rodrigo? A gente precisa compreender isso, até para ajudar o conselho municipal.  
1451 **VOLNEY** – eu estava na comissão e, eu no meu ponto de vista, nós falamos das comissões que  
1452 tem no conselho, nós falamos da comissão de normas para a Paula. No meu entendimento acho  
1453 que eles saíram... não é Rodrigo, houve uma satisfação desse conselho aqui. A comissão de  
1454 normas extrapolou até mesmo a questão da legalidade e colocou à disponibilidade da comissão  
1455 de apoio aos conselhos. **RODRIGO** – deixe-me só complementar. Enfim, concordo com tudo que  
1456 o Volney está falando, nossa comissão é isso mesmo. Mas assim nós vimos situações no decorrer  
1457 do encontro dele. E talvez a gente perdeu mesmo o tempo para acionar outras comissões. E ficou  
1458 claro que essa fragilidade que estamos no SUAS, chega, a gente incomoda e a gente sabe que a  
1459 gente gostaria e, tem esse vício administrativo de resolver e de dar respostas e foi o que tentamos  
1460 fazer. E, é claro, das próximas vamos tentar corrigir e fazer melhor no que é possível. **ROBERTA**  
1461 – Eu só chamo atenção nesse aspecto, o conselho vem de longe e chega aqui e é para  
1462 ultrapassar mesmo, juntar outras comissões, levar a equipe técnica, estar junta para ver qual a  
1463 demanda que ele está apresentando, Consolação, não é só seguir ao pé da letra, ele só mandou  
1464 isso, vou responder isso. Essa não é a questão. A equipe tem que está aberta, inclusive para até  
1465 puxar a probabilidade que puder e, oferecer o máximo que puder. Não é seguir a cartilha e à risca,  
1466 não é só que ele pediu isso, nós vamos dar só isso, também não. Nesse aspecto que estou  
1467 colocando, entendeu Rodrigo? É, terminou Rodrigo. Comissão, a última é a comissão de apoio  
1468 né? **HERMELLIS**- Nós temos dois pontos, o primeiro é uma denúncia recebida no CEAS de um  
1469 usuário do CRAS de Lagoa Santa. É, foi encaminhado, apresentou várias inconsistências no  
1470 CRAS. E a gente encaminhou ofício à SEDESE solicitando mais informações, e a SEDESE nos  
1471 respondeu informando que fez uma diligência, pela Subsecretaria e Diretoria de Vigilância de  
1472 Monitoramento, sendo constatadas algumas inconformidades que geraram o plano de  
1473 providências. Destacaram as salas de oficinas com capacidade superior de 15 pessoas,  
1474 acessibilidade no banheiro para atender idosos e deficientes e providenciar equipamentos  
1475 acessíveis para pessoas com deficiências, com pessoas idosas e deficiências aos principais  
1476 acessos do CRAS, recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo e banheiros. O prazo para  
1477 cumprir é dezembro de 2015. O entendimento da comissão é encaminhar ofício ao CMAS de  
1478 Lagoa Santa para ciência se ele não tiver ainda e monitorar esse plano de providências pactuado  
1479 com o município por ocasião da providência. **ROBERTA** – em discussão. Aprovado? **SHIRLEY** –  
1480 só um comentário, isso também não teria a ver com a comissão de política? **HERMELLIS**-tendo  
1481 em vista quando você começou a falar de Biquinhas e veio o Rodrigo falando também, e até  
1482 questioneei com a Paula, como está esse direcionamento? Porque se chega essas denúncias aqui,  
1483 qual é o encaminhamento é normas, é política? Porque, no conjunto, se está tratando dessa  
1484 mesma temática que são essas faltas que estão no CRAS, de gestão. É uma coisa para se  
1485 pensar, para a gente também. É, as outras comissões, os outros casos a gente analisar isso em  
1486 conjunto. **SHIRLEY** – eu acredito que há essa possibilidade, e enriquecerá mais o trabalho, não  
1487 tem como separar as coisas. **ROBERTA** – e acho que tem que fazer essa revisão Consolação,  
1488 quando chega a matéria, não ser pragmática nessa coisa, esse vai para esse, ou esse vai para  
1489 esse. Se não vamos cometer esses erros. É que nem ela falou, nesses casos de denúncia tenta  
1490 reunir pelo menos três comissões para poder diluir o assunto e encaminhar. E no caso de visita, a  
1491 minha sugestão, visita de Conselho Municipal, qualquer que seja a comissão, a de apoio ao  
1492 conselho tem que receber. A acolhida do Conselho Municipal aqui tem que ser feita pela comissão  
1493 de apoio de conselho, porque é para isso que ela existe. Ela existe para ter uma relação,  
1494 inclusive, para permear essa relação, e ela tem tudo que esse conselho está demandando para  
1495 poder subsidiar o planejamento estratégico, para fundamentar o apoio. Para gente poder ser mais  
1496 claro, então, naquilo que diz respeito à visita de conselho municipal a este conselho, a comissão  
1497 de apoio é principal. No que diz respeito à denúncia, conforme a matéria da denúncia junta as  
1498 comissões para não ficar nesse pragmatismo, ficar mandando para um, para outro, sob pena de  
1499 cometermos esses erros. **CONSOLAÇÃO** - A gente vai para regimento interno, temos

1500 competências que são comuns a várias comissões. Se também colocar todas numa comissão, e  
1501 outras pautas do conselho que reúnem a pauta do dia ela também não vai. A gente tem que  
1502 avaliar e, é uma coisa ótima o tema ter ocorrido, e fica uma diretriz na questão do atendimento.  
1503 Acho isso pertinente, inclusive, na comissão de apoio, mas as matérias, temos que inclusive ver  
1504 isso, temos outras pautas que por exemplo, não conseguimos encerrar o ano, por exemplo. As  
1505 questões de agenda e de tentarmos muitas vezes reunir as comissões que por falta de quórum  
1506 também não se reúne coletivamente e, não conseguimos avançar. A denúncia pode também, põe  
1507 uma avaliação, otimizar para aquelas pessoas. Também, se é matéria comum eu posso ter um  
1508 processo em um e outro, porque os conselheiros todos vão lidar com a política de assistência  
1509 social. Acho que ano que vem, merece, na hora do planejamento, a gente aprofundar um pouco.  
1510 Até para ver, a comissão de política mesmo tem vários aspectos que não conseguiu avançar esse  
1511 ano, como seria isso. **ROBERTA** – Eu acho Consolação que isso é uma questão de pauta para  
1512 ano que vem, numa avaliação do conselho, de funcionamento. Por exemplo, o que o conselho de  
1513 fato avançou, deixou de avançar nesse ano de 2014, onde estão os pontos nevrálgicos do  
1514 conselho e onde eles vão avançar nisso. Agora, sugestão viu, Consolação, inclusive, com fruto da  
1515 questão do Seminário, ultrapassa a questão legalista. Se está no regimento interno, não é a  
1516 questão aqui, precisa definir a melhor forma de tratamento. Se está no regimento e não estamos  
1517 conseguindo ultrapassar o jeito é que estamos conseguindo. No caso, muda o regimento, gente.  
1518 O que a gente não pode é toda hora chamar o regimento, chamando a questão da legalidade da  
1519 forma como vamos ordenar e funcionar aqui. Quero dizer uma coisa que foi colocada por você é  
1520 isso. Em 2014, um problema nosso, nós temos problema para funcionamento das comissões e  
1521 acredito que não é só conselho estadual, são todos os conselhos, porque de fato priorizar agenda  
1522 para de fato dois dias está aqui, não é algo tão trivial. Não sendo algo tão trivial para os  
1523 conselheiros, porque os conselheiros não estão por conta do conselho. Por isso falo muito e digo  
1524 que a equipe técnica está por conta do conselho. Primordial, ela tem que dar mastigado, ela tem  
1525 que dar a luz e organizar para o conselheiro quando estiver, seja otimizado o tempo dele, porque  
1526 por mais que trabalhe, fomenta para que todos os conselheiros componha a comissão. Sabemos  
1527 do trabalho e da agenda nossa para estarmos aqui dois dias e integralmente e, fora os outros dias  
1528 que a gente delibera de está aqui. É um grande desafio para os conselheiros. Isto posto, para isso  
1529 que há uma estrutura técnica para entregar basicamente mastigado, para otimizar o tempo do  
1530 conselheiro. Porque se isso não for possível, complica mais a vida dos conselheiros. Porque o  
1531 tempo dele não é otimizado e, para além disso, vai formando grupo e não consegue cumprir. Mas,  
1532 enfim, acho que é matéria para ser avaliada ano que vem pois estamos no final da gestão e é a  
1533 última reunião nossa e encerrando as comissões. **HERMELLIS**- O último ponto que a Roberta  
1534 falou a respeito da questão do preenchimento do Censo SUAS. Nós recebemos documento do  
1535 Conselho Nacional informando do status do documento em 20/11, até então tinha 278 municípios  
1536 que concluíram o preenchimento. Então, foi enviado por e-mail do CEAS ofício circular aos  
1537 municípios, foram feitas ligações aos municípios faltosos, informando a necessidade de informar  
1538 aos municípios faltosos. **ISABELA** – Esse Censo é o Censo Conselho? Qual questionário?  
1539 **HERMELLIS**– é do Censo Conselho. **ISABELA** – só para acrescentar, por favor, porque são  
1540 vários questionários. **HERMELLIS**– ontem a gente viu que já tinha é, faltava apenas 46  
1541 municípios, que estariam em preenchimento, e hoje quinze para meio dia 828, então falta apenas  
1542 25. Só falta 25 para preencher o Censo SUAS Conselho. Então, só a título de informação mesmo.  
1543 **ROBERTA** – parabéns à comissão. Ok! Então gente já caminhando para encerramento da nossa  
1544 plenária, todos muito felizes? Porque nós conseguimos vencer nossa plenária com meio dia. Eu  
1545 queria, antes de passar para os conselheiros, nesse processo nosso de encerramento,  
1546 encerramento de exercício e encerramento de gestão, eu queria falar algumas palavras de muita  
1547 gratidão, muito orgulho de ter participado de todo o processo do Estado, por um período de 12  
1548 anos. Estou colocando essa posição porque é sabido que nessa transição, um cargo de  
1549 Subsecretário, ele não é mantido. Uma vez que nós temos uma troca de gestão partidária radical,

1550 isso é fato, é claro para todo o processo que estamos vivenciando de transição e, obviamente,  
1551 mais claro para mim que tem 30 e tantos anos nessa área. Já passei por várias transições, quer  
1552 dizer, praticar o desapego é algo que desde do dia que assumo o cargo eu já venho praticando. E  
1553 para gente, é claro, essa transição, queria dizer que toda essa trajetória que vivenciamos em todo  
1554 o Estado de Minas Gerais, foi uma trajetória no governo federal. E tem 12 anos que estou no  
1555 Estado de Minas Gerais, e tenho muito orgulho de ter participado desse processo, eu tenho muito  
1556 orgulho de ter escrito meu nome enquanto profissional da área em varias discussões. E,  
1557 especificamente, no conselho a gente teve matérias de avanços para o SUAS. Quando a gente é,  
1558 dentre outras questões, a gente delibera pela construção de um piso para a área da assistência,  
1559 para cobertura de 100% dos municípios, ainda que ele atrase, porque está atrasado. Mas para  
1560 nós da área da assistência, especificamente, da gente, gestor, foi uma construção da área do  
1561 orçamento. Pois quando a gente vai conversar com a Mila da SEPLAG, pessoal do planejamento,  
1562 antes da construção do piso era muito difícil essa construção, em termos de orçamento e  
1563 financiamento, porque para nós que estamos na área, isso é claro. Mas para quem está fora da  
1564 área não é algo trivial para ser explicado, principalmente na área de orçamento e de finanças. É  
1565 assim, primeiro está incorporado a relação de convênio, eu passo tanto e você cumpre tanto, em  
1566 relação de convênio. Isso é uma coisa incorporada. Uma cultura de orçamento e financiamento. E  
1567 no processo de construção do SUAS, quer dizer, quando a gente trabalha com financiamento, por  
1568 exemplo, com o financiamento do CRAS, a gente tem muita dificuldade a não ser em  
1569 investimento, manutenção do CRAS, qual é a meta de investimento, qual é a meta de família que  
1570 é atendida com esse dinheiro. Explicar cofinanciamento é algo difícil para nós que somos gestores  
1571 no âmbito do planejamento e da fazenda. E quando a gente criou o Piso, a gente para além da  
1572 gente ter criado um cálculo, um valor que a gente pudesse trabalhar na cobertura de 100%, a  
1573 gente criou uma identidade de financiamento na área da assistência. Então, hoje quando vejo a  
1574 Renata, Secretária de Planejamento e Colombini, Secretário da Fazenda, discutindo Piso isso,  
1575 para gente, é um orgulho grande, porque é algo que a gente consegue materializar dentro de toda  
1576 a discussão do SUAS, que a gente faz concretamente uma possibilidade de oferta de serviço para  
1577 toda a população. Porque se não de nada vale a discussão do SUAS, se a gente não conseguiu  
1578 materializar a discussão do SUAS na Política de assistência na oferta de serviço, ela passa a ser  
1579 mera tese teórica. Então, ela se materializa na oferta de serviço e, para a oferta de serviço,  
1580 quando a gente construiu e deliberou nesse conselho essa questão do piso. Isso eu tenho muito  
1581 orgulho e acho que a gente avançou muito quando a gente também conseguiu 100% de adesão  
1582 ao Sistema Único nos 853 municípios. Isso também não é algo trivial, colocar a discussão do  
1583 SUAS na pauta de todos os municípios na forma que a gente vem batalhando o tempo inteiro, não  
1584 é algo simples, pela quantidade de municípios que a gente tem. Então, assim, para a minha  
1585 carreira profissional acrescentou muito, inclusive, na relação do controle social. Quer dizer,  
1586 sempre tive resistência de presidir esse Conselho. De todo o tempo que fui subsecretaria, essa foi  
1587 a primeira vez, por uma conjuntura política eu tive que assumir a presidência do Conselho. Porque  
1588 eu entendo que essa presidência, e estar no gestor é muito confuso. É eu mesmo mandando  
1589 convite para mim mesma, é eu mesma, uma coisa confusa. Mas, enfim, por circunstância, eu  
1590 acabei assumindo. Nas outras vezes que eu estive na subsecretaria era sempre o  
1591 superintendente meu que assumia para termos uma relação mais clara. Inclusive para responder  
1592 a demanda do próprio Conselho. Então, eu queria deixar para os senhores que eu não saio da  
1593 área, sou profissional da área, vou estar na área ano que vem. Possivelmente estou torcendo, e  
1594 construindo para estar do lado da sociedade civil, mas de fato o governo pode ter a dor e a delícia  
1595 de ter uma Roberta do outro lado. Isso faz parte da democracia e seria uma oposição, sem  
1596 modéstia qualificada, porque estive nos bastidores, então, será uma oposição bastante  
1597 qualificada. Estou construindo para isso, não sei se vou efetivar por imediato, mas quero deixar  
1598 aos senhores o seguinte, agradeço muito. Quero deixar nas palavras um pedido de desculpa, por  
1599 momentos que eu fui de forma, até mesmo até grossa. Às vezes, me envolvo e tenho essa

1600 ansiedade desse processo que temos construído a muitos anos e, a gente sabe de questões que  
1601 são colocadas, o peso de você estar como gestor estadual e o peso de estar na presidência de  
1602 questões que você tem que dar resposta e, muitas vezes, a gente não tem governabilidade. Haja  
1603 visto este processo agora da gente estar na plenária esvaziada de alguns conselheiros que não  
1604 vieram por falta de diária. Então, foi um ano difícil que a gente viveu na SEDESE, no governo. Foi  
1605 um ano que a gente viveu uma decisão política bastante polarizada, teve bastante desgaste agora  
1606 nesse final de ano. Estou sentindo uma transição muito respeitosa, queria colocar para este  
1607 Conselho que eu estive reunião semana passada com a equipe de transição, a equipe respeitosa.  
1608 O governo está fornecendo toda a documentação para deixar para equipe de informação.  
1609 Inclusive, desse Conselho, já foi demandado para a Secretaria Executiva que construa uma pasta  
1610 para que eu possa entregar para o subsecretario, inclusive, com os pontos de atenção que deva  
1611 ter para que esse conselho não sofra nenhuma dissolução de continuidade dos trabalhos. A gente  
1612 encerra agora nos 20 dias, a Denise, com a loucura de fazer o Seminário para quase 400  
1613 pessoas. Mas eu queria dizer para os senhores, a intenção nossa é de fechar com chave de ouro  
1614 e deixar essa proposta, que é outro orgulho, de termos participado, que é outro desafio. Estava  
1615 questionando o Piso, a construção do repasse fundo a fundo, também foi outra tarefa que  
1616 construímos pela SEDESE. Saímos da relação convenial para trabalharmos a oferta de serviço  
1617 continuado. Isso foi um avanço em MG, porque de fato eu cheguei na SEDESE e disse que não  
1618 tem nenhum ser humano que dá conta de trabalhar com convênio. As entidades coitadas, a gente  
1619 tem esse repasse e a gente deu outra diretriz de fazer convênio de 5 anos para poder dar folga à  
1620 entidade. Porque já é sabido que em serviço continuado não se trabalha com a ferramenta de  
1621 convênio, porque não tem ninguém que dá conta de manter uma oferta de serviço com qualidade  
1622 e com segurança na virada do ano. Então essa questão do fundo a fundo, também foi outro  
1623 grande feito que fizemos na nossa gestão. Com toda a operacionalidade do fundo descentralizada  
1624 saindo do caixa único, com acompanhamento da controladoria, com auditoria que tem acesso ao  
1625 sistema de monitoramento do SIM. Por isso é que somos muito cobrados nessa questão, se de  
1626 fato o serviço está funcionando ou se não está. Por isso é que a resposta ao SIM ela tem que ser  
1627 com muita efetividade porque tem todo órgão de controle interno que temos que responder. E a  
1628 outra questão é o desafio da regionalização, a gente está deixando o ponta pé inicial. E eu queria  
1629 dizer aos senhores que nesse processo todo eu termino minha tarefa, minha função. Eu voltei a  
1630 estudar, estou fazendo matéria isolada para mestrado, cujo objeto de estudo vai ser o processo de  
1631 regionalização em MG. Então, com certeza, vou está contribuindo do ponto de vista acadêmico e  
1632 teórico para o SUAS e Conselho. A ideia é deixar alguma coisa do ponto de vista do meu  
1633 mestrado que contribua para o avanço dessa discussão. Mas eu queria deixar de coração e dizer  
1634 que para mim foi um orgulho muito grande. Queria pedir desculpa em público que tivemos essa  
1635 questão aguerrida, que tenha sido mal educada, sido grossa não só com a equipe do CEAS, mais  
1636 com a equipe técnica do CEAS, os conselheiros. Mas podem ter certeza que quando a gente está  
1637 na gestão, normalmente, as pessoas veem o tombo que a gente toma, mas a pinga que a gente  
1638 toma são poucos que veem a pinga que a gente tá tomando. Mas, enfim, eu queria dizer aos  
1639 senhores, hoje à tarde estamos fazendo uma festa de despedida do SUAS, sintam-se convidados  
1640 para comparecer, vai ser no Jaraguá, no Bairro Jaraguá, não é no Clube Jaraguá. E queria  
1641 desejar a todos um Feliz Natal e que Deus proteja vocês e que deem muita saúde para vocês  
1642 estarem aqui aguerridos ano que vem, ok! Muito obrigada. **VOLNEY** – bom, deixe-me aproveitar,  
1643 a equipe do CEAS está oferecendo um conagraçamento e estou oferecendo a minha casa, vai ser  
1644 no dia 20 próximo. Então quero estender o convite a todos os conselheiros e quem está  
1645 organizando é a Rosa e Ângela. Então se sintam convidados, viu Serginho, e os detalhes a Rosa  
1646 vai passar. No mais, obrigado Roberta pela convivência e pelo aprendizado e bom natal para  
1647 todos.

1648

1649

196ª Plenária Ordinária

Ana Tereza Macedo	SEAPA	
Denise Cunha	CRESS	
Geisiane Lima Soares	CARITAS	
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS S. Francisco de Paula	
Isabel Fernandes Lino de Azevedo	SES	
Maria Albanita Roberta de Lima	SEDESE	
Maria Geralda Vilela Cupertino	SEE	
Mila M. Ribeiro	SEPLAG	
Renata dos Santos Vieira	ISJB	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Shirley Aparecida Moreira da Silva	CMAS SARZEDO	
Tereza Cristina Damasco Gusmão	SEDESE	
Vinicius Q. Mendonza	CMAS/BH	
Volney Araújo Lopes de Araújo	PSIND	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	

1650